

# RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e relatórios dos auditores independentes

## Sumário

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS...	5
<b>MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>A RIO PARANÁ ENERGIA S.A. ....</b>	<b>12</b>
<b>GOVERNANÇA CORPORATIVA .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITAL FINANCEIRO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPITAL MANUFATURADO .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPITAL INTELECTUAL .....</b>	<b>21</b>
<b>CAPITAL HUMANO.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO .....</b>	<b>22</b>
<b>CAPITAL NATURAL.....</b>	<b>23</b>
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	25
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	26
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	27
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	27
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	28
1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	29
1.1. Contexto operacional.....	29
1.2. Marco legal do setor elétrico .....	29
1.3. Aprovação das demonstrações financeiras .....	30
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	30
2.1. Base de preparação .....	30
2.2. Moeda funcional e moeda de preparação.....	31
2.3. Caixa e equivalentes de caixa .....	31
2.4. Instrumentos financeiros .....	31
2.4.1. Ativos financeiros.....	31
2.4.1.1. Classificação .....	31
2.4.1.2. Reconhecimento e mensuração .....	32
2.4.1.3. Compensação de instrumentos financeiros.....	32
2.4.1.4. <i>Impairment</i> de ativos financeiros .....	32
2.4.2. Passivos financeiros .....	33
2.4.2.1. Classificação .....	33
2.5. Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017 .....	33
2.5.1.1. Reconhecimento e mensuração .....	34
2.6. Contas a receber de clientes.....	34
2.7. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - <i>Impairment</i> .....	34
2.8. Serviços em curso .....	35
2.9. Ativo financeiro vinculado a concessão .....	35
2.10. Imobilizado.....	35
2.11. Ativos intangíveis .....	35
2.11.1. <i>Softwares</i> .....	35
2.11.2. Direitos do Contrato de Concessão.....	36
2.12. Contrato de Concessão .....	36
2.13. <i>Impairment</i> de ativos não financeiros .....	36
2.14. Fornecedores e outras contas a pagar.....	37
2.15. Provisão para grandes reparos .....	37
2.16. Empréstimos e debêntures.....	37
2.17. Provisões .....	37

2.18. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	38
2.19. Benefícios a empregados .....	38
2.19.1. Participação nos lucros .....	38
2.20. Reconhecimento da receita .....	39
2.20.1. Receita de comercialização de energia .....	39
2.20.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas.....	39
2.20.3. Receita de suprimento de energia elétrica .....	39
2.20.4. Receita financeira.....	39
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	39
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS .....	40
4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas .....	40
4.1.1. Provisões para grandes reparos.....	40
4.1.2. Contingências.....	40
4.1.3. Impostos de renda e contribuição social diferidos .....	41
4.1.4. Ativos vinculados à concessão .....	41
4.2. Novos pronunciamentos CPC.....	41
4.2.1. CPC 47/IFRS 15 .....	41
4.2.2. CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9.....	42
4.2.3. Normas novas que ainda não estão em vigor.....	42
4.2.4. CPC 06/IFRS 16 .....	42
5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO .....	43
5.1. Fatores de riscos financeiros .....	43
5.1.1. Risco de mercado.....	43
5.1.1.1. Risco hidrológico .....	43
5.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.....	43
5.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano .....	44
5.1.3. Risco de liquidez.....	44
5.1.4. Risco de crédito.....	44
5.1.5. Risco de aceleração de dívidas .....	45
5.1.6. Análise de sensibilidade .....	45
5.2. Gestão de capital .....	45
5.3. Outros riscos .....	46
5.3.1. Risco de regulação .....	46
5.3.2. Risco ambiental.....	46
5.4. Estimativa ao valor justo .....	46
6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS .....	47
6.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras .....	47
6.2. Clientes.....	47
7. REAPRESENTAÇÃO DE CIFRAS.....	48
7.1. Efeitos da reapresentação .....	48
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	49
9. CLIENTES .....	49
10. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER .....	50
10.1. Impostos diferidos .....	50
11. DEPÓSITO JUDICIAL.....	51
11.1. Composição do depósito judicial .....	51
11.2. Movimentação do depósito judicial .....	51
12. PARTES RELACIONADAS .....	51
12.1. Remuneração do pessoal-chave da administração .....	51
12.2. Transações e saldos .....	51

12.3. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L .....	52
12.3.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L .....	52
13. ATIVO FINANCEIRO VINCULADO A CONCESSÃO.....	52
13.1. Composição do ativo financeiro vinculado a concessão.....	53
13.2. Movimentação do ativo financeiro vinculado a concessão .....	54
14. IMOBILIZADO .....	54
14.1. Composição.....	54
14.2. Movimentação do ativo imobilizado .....	54
15. INTANGÍVEL.....	54
15.1. Dos bens vinculados a outorga .....	54
15.2. Composição.....	55
15.3. Movimentação do intangível .....	55
16. FORNECEDORES .....	55
17. PROVISÃO PARA GRANDES REPAROS .....	56
17.1. Composição.....	56
17.2. Movimentação .....	56
18. ENCARGOS SETORIAIS.....	56
19. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES.....	57
19.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ .....	57
19.2. Captação 1º emissão de debêntures.....	58
19.3. Composição.....	58
19.4. Vencimento .....	59
19.5. Movimentação do empréstimo .....	59
19.5.1. Garantias contratuais .....	59
19.5.2. Cláusulas restritivas (“Covenants”) .....	59
20. PROVISÕES PARA RISCOS.....	60
20.1. Contingências prováveis .....	60
20.2. Contingências possíveis .....	60
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	63
21.1. Capital social subscrito e integralizado .....	63
21.2. Reservas de lucros .....	64
21.2.1. Reserva de retenção de lucros .....	64
21.2.2. Reserva legal .....	64
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	65
23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE.....	65
23.1. Energia elétrica vendida.....	65
23.2. Energia comprada para revenda.....	66
23.3. Encargos de uso da rede elétrica .....	66
24. RESULTADO FINANCEIRO .....	67
25. DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67
26. (PREJUÍZO)/LUCRO POR AÇÃO.....	69
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	69
28. SEGUROS .....	70
29. COMPROMISSOS.....	70
29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica.....	70
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO .....	71



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Rio Paraná Energia S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

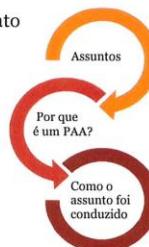
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Rio Paraná Energia S.A.

---

**Porque é um PAA****Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Ativo financeiro vinculado a concessão (Nota explicativa 13)**

Parte do montante pago pelo direito de concessão será recebido pela Companhia ao longo do período do contrato de concessão a título de Retorno da Bonificação da Outorga – RBO, mediante pagamentos fixos e sem risco de demanda. Essa parcela foi classificada como ativo financeiro.

A determinação do ativo financeiro para o reconhecimento inicial e as mensurações posteriores, demandam o estabelecimento de modelos financeiros e, consequentemente, estimativas e julgamentos da administração. No exercício de 2018, a administração revisou suas estimativas e contabilizou ajustes na conta, com impacto relevante no resultado do exercício.

Em decorrência do descrito acima, bem como pela relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do modelo de negócio para a contabilização e as mensurações subsequentes.

Discutimos com a administração as políticas e procedimentos contábeis adotados, e levantamentos efetuados envolvendo empresas do setor em contratos da mesma natureza.

Testamos os modelos financeiros e cálculos desenvolvidos, a fim de verificar a acurácia dos valores apurados, bem como testamos os cálculos e contabilizações relacionadas à revisão das estimativas efetuada em 2018.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas apropriadas.

---

**Provisão para grandes reparos (Nota explicativa 17)**

Com base em estimativas do departamento de engenharia, a administração provisão o valor que espera despesar com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão.

A determinação da provisão é complexa. Depende da experiência dos envolvidos nos cálculos e das poucas referências no mercado para comparação de valores. Adicionalmente, e por se tratar de gastos a serem incorridos em até 9 anos, a confirmação das estimativas apenas é confirmada após os itens serem desmontados.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, os procedimentos descritos a seguir.

Análise da experiência dos envolvidos na elaboração das premissas e cálculos.

Entendimento dos critérios e premissas utilizados pela administração na determinação dos valores estimados para revisão da provisão e conferência matemática dos cálculos efetuados.

Discussão com o departamento de engenharia sobre o andamento do projeto, os motivos que

Rio Paraná Energia S.A.

---

**Porque é um PAA**

Em decorrência da relevância dos valores envolvidos e do descrito acima, consideramos essa área como um dos principais assuntos de auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

determinam ou não revisões posteriores dos gastos a incorrer.

Consideraremos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis para a determinação da provisão para grandes reparos, e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas dos engenheiros e da administração.

---

**Provisões para riscos (Nota explicativa 20)**

Em função do Contrato de Concessão assinado em 05 de janeiro de 2016, a Companhia poderá assumir processos judiciais e administrativos ambientais, cujo polo passivo era a Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), anterior detentora da concessão das usinas, atualmente com a Companhia.

As Ações Civis Públicas estão na fase de conhecimento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como a compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dado o estágio dos processos, a administração, a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, considera que a eventual perda nos processos é possível, todavia não mensurável neste momento.

Dadas as inerentes incertezas em processos dessa natureza, bem como eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

---

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências.

Adicionalmente, analisamos os critérios e premissas utilizados para reconhecimento, mensuração e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a administração e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmações formais sobre o andamento e expectativa de desfecho diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar as classificações de risco de perda e a completude das informações.

Consideraremos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.



Rio Paraná Energia S.A.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de



Rio Paraná Energia S.A.

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019

*PricewaterhouseCoopers*  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5  
 Valdir Renato Coscodai  
 Contador CRC 1SP165875/O-6

## **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Centralizamos nossos esforços em eficiência operacional, estratégia fundamental para enfrentar o ambiente de negócios desafiador de 2018. Geramos 20.226,52 GWh, 2,5% acima do ano anterior. Apesar da melhora do desempenho operacional, em razão do comportamento de preços no mercado de energia, a receita líquida, de R\$ 1,3 bilhão, ficou 69,6% abaixo em relação à registrada em 2017. O Ebitda, de R\$ 485,3 milhões, reduziu-se 84,0% em comparação a 2017, com margem de 42,9%.

Aplicamos recursos de R\$ 245,1 milhões em 2018 nas UHEs Jupiá e Ilha Solteira, como parte do projeto de modernização de nossas unidades geradoras, atualmente o maior investimento já feito em modernização de usinas hidrelétricas do Brasil. A primeira fase consiste na modernização e reforma de duas unidades geradoras em cada uma das usinas e, para aumentar a segurança dos ativos, antecipamos o processo de troca de 16 transformadores, cuja conclusão ocorrerá no prazo de dois anos, até 2020, ante o prazo originalmente previsto, de oito anos. A Companhia investirá o montante de R\$ 3 bilhões para modernizar e reformar as 34 máquinas pertencentes às duas usinas no prazo de dez anos.

Em 2019, iniciaremos a segunda fase, que consiste na troca de mais quatro unidades geradoras em cada uma das usinas. Paralelamente, começarão as reformas em todos os vertedouros e a construção de um novo Centro de Operação da Geração (COG), atendendo a todas as usinas da CTG no Brasil.

Destinamos ainda R\$ 2,0 milhões a atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, em projetos orientados a criar conhecimento técnico e científico para apoiar o crescimento do setor elétrico brasileiro e ganhos de eficiência da Companhia.

Na gestão de saúde ocupacional e segurança do trabalho, que é o nosso primeiro valor, aperfeiçoamos os programas e treinamentos de capacitação comportamental e técnicos, para prevenirmos todos os tipos de acidentes relacionados ao nosso segmento industrial, evidenciando cuidado com nossos colaboradores, contratados, comunidades e ativos. Otimizamos nossos processos de inspeção que garantem a melhoria contínua das condições de segurança dos nossos ambientes de trabalho. Introduzimos também o Índice de Segurança Preventiva (ISP), uma ferramenta de inspeção periódica, focada em prevenção, pela qual avaliamos em campo o desempenho dos nossos programas e procedimentos. Como exemplo do resultado desse conjunto de ações implantadas, nossas taxas de frequência e gravidade dos acidentes estão sendo reduzidas continuamente e nenhum acidente com afastamento foi registrado na reforma das máquinas da UHE Jupiá, onde chegamos a ter 350 operários no canteiro de obras.

Avançamos na estratégia de sustentabilidade e reafirmamos o compromisso com o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades. Investimos na construção de um melhor ambiente para se trabalhar e na capacitação de nossos colaboradores, acelerando projetos em que profissionais compartilham com os colegas sua experiência sobre temas técnicos ou relacionados a características do mercado brasileiro de energia.

O gerenciamento de nossas operações, com estabilidade e responsabilidade, foi reconhecido pela agência de classificação de riscos Moody's, que passou a Rio Paraná de negativa para estável, mantendo o mais alto grau de investimento (Aaa.br), o que representou uma grande conquista.

Estamos determinados a simplificar nosso dia a dia, identificar prioridades, investir na melhoria contínua de nossas operações, conectar todos os esforços e organizar a maneira como

gerenciamos nosso negócio de forma objetiva e estratégica, aperfeiçoando o relacionamento com todos os públicos de interesse. Sabemos que essa transformação é uma longa jornada que está apenas iniciando. O ano de 2019 será de muitos desafios e, certamente, um grande propulsor para construirmos uma organização ainda mais forte e eficaz.

**Li Yinsheng**

**Presidente**

**Senhores acionistas e debenturistas,**

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. (“Rio Paraná” ou “Companhia”), empresa da China Three Gorges Corporation (CTG), uma empresa pertencente ao conglomerado da *China Three Gorges Corporation* (CTG), apresenta este Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Anuais relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, que são acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Este Relatório segue as orientações de Relatório Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) para a divulgação de informações financeiras e não financeiras e foi elaborado com base no conceito de seis capitais: financeiro; manufaturado; intelectual; humano; social e de relacionamento; e natural.

Os dados financeiros e operacionais são apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), sendo as demonstrações financeiras auditadas pela PwC Auditores Independentes.

## **A RIO PARANÁ ENERGIA S.A.**

---

A Rio Paraná Energia S.A. é concessionária de duas usinas de geração hidrelétrica – UHE Jupiá e UHE Ilha Solteira – instaladas no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. No final de 2018, mantinha 34 unidades geradoras, com 4.995,2 MW de capacidade instalada e 2.617,5 MW médios de garantia física de energia.

A potência equivale a 4,8% do total da capacidade de geração hidrelétrica do Brasil (104.195 MW em dezembro de 2018, de acordo com dados do Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia). A energia gerada pelas duas usinas no ano foi de 20.226,5 GWh, 2,5% acima do volume registrado em 2017 e correspondendo a 5,0% do gerado por fontes hidrelétricas no país durante o ano, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A Companhia é uma subsidiária da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia renovável instalada no país, que é controlada pela China Three Gorges Corporation, maior geradora de energia hidrelétrica do mundo, com capacidade instalada de aproximadamente 120 GW.

A aquisição dos ativos que pertenciam à Companhia Energética de São Paulo (Cesp) ocorreu em 2015, em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O contrato de concessão foi assinado em janeiro de 2016, prevendo a operação e manutenção do serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, de acordo com o previsto na Lei nº 12.783, de 2013, pelo prazo de 30 anos.

A receita líquida alcançou R\$ 1,3 bilhão e a geração de caixa (Ebitda) foi de R\$ 485,3 milhões.

**UHE Ilha Solteira** – Sexta maior usina hidrelétrica em operação no Brasil é também a de maior capacidade nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em operação desde 1978, possui 20 unidades geradoras, com potência instalada de 3.444,0 MW e garantia física de 1.731,5 MW médios. Está localizada no Rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS).

**UHE Engenheiro Souza Dias (Jupiá)** – Com 14 unidades geradoras, tem potência instalada de 1.551,2 MW, e dois grupos turbina-gerador para serviço auxiliar, cada um deles com potência de 4.750 kW, com garantia física de 886,0 MW médios. Em operação desde 1974, está instalada no Rio Paraná, entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). A usina dispõe de uma clausa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

## MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócios da Rio Paraná Energia define seus objetivos e suas relações, bem como a forma pela qual gera valor para seus *stakeholders* em curto, médio e longo prazos.

**Capital Natural:** a água é o principal recurso para a geração de energia. A Companhia investe na maior eficiência, no controle da qualidade e no melhor uso compartilhado desse recurso.

**Capital Humano:** os colaboradores que atuavam na empresa no final de 2018 desempenham papel essencial nos resultados do negócio.

**Capital Social e de Relacionamento:** é resultado das interações com os públicos de interesse, que são fortalecidas por meio de canais de diálogo, investimentos sociais e iniciativas de gestão de marca e reputação, que buscam estreitar os vínculos com a sociedade.

**Capital Financeiro:** recursos financeiros próprios e de terceiros viabilizam investimentos necessários para o fortalecimento do negócio e o alcance de bons resultados. Em 2018, os investimentos realizados somaram R\$ 245,1 milhões, 28,7% abaixo do ano anterior, concentrados na modernização das UHEs Ilha Solteira e Jupiá.

**Capital Manufaturado:** as duas usinas são o principal capital construído da Companhia. No encerramento de 2018, os ativos da Rio Paraná eram avaliados em R\$ 18,6 bilhões.

**Capital Intelectual:** iniciativas de pesquisa e desenvolvimento contribuem para a inovação e os avanços tecnológicos que apoiam o crescimento dos negócios. Os investimentos em P&D somaram R\$ 2,0 milhões em 2018.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração e a Diretoria têm mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. O Conselho é responsável, entre outras atribuições, por estabelecer o direcionamento estratégico, fixar políticas, proteger o patrimônio da empresa, definir a política de dividendos e orientar a Diretoria para maximizar o valor do negócio. Os seis conselheiros – um presidente e cinco conselheiros sem designação específica – são eleitos pela Assembleia Geral.

A Diretoria é composta por três membros, todos sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração.

Mediante solicitação do acionista, pode ser instalado o Conselho Fiscal, que será composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos. Não houve instalação de Conselho Fiscal em 2018.

## GESTÃO DE RISCOS

Um Comitê de Riscos e *Compliance* foi instituído no âmbito corporativo em 2018 para reforçar a identificação e o monitoramento dos riscos que podem afetar negativamente os negócios e deliberar sobre todas as questões que expõem a Companhia. A gestão dos riscos é realizada com base nas melhores práticas internacionais (ISO 31000 e Coso) e as áreas acompanham e adotam medidas de mitigação para os fatores sob sua responsabilidade. Há planejamento e diagnóstico plurianual com revisão anual da programação de manutenção e dos investimentos na usina.

O Plano de Segurança de Barragens (PSB), totalmente em conformidade com a legislação brasileira, está fundamentado em um amplo sistema de monitoramento, controle e manutenção preventiva dessas estruturas. Há também um Plano de Ação de Emergência (PAE) para uma eventual ruptura da barragem, evento com baixíssima probabilidade de ocorrência. A gestão de riscos operacionais inclui o Plano de Resposta a Emergências (PRE), que aborda acidentes em equipamentos, e o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm), que se ocupa principalmente do controle de cheias.

Essas iniciativas para a gestão de riscos operacionais estão sendo consolidadas pela Controladora CTG Brasil na forma de um Plano de Gestão de Crise.

Já o risco hidrológico é sistêmico, atinge todas as empresas que possuem usinas hidrelétricas e associado à escassez ou elevada vazão de água destinada à geração de energia. Para atenuar esse risco, existe o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha entre as regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN) os riscos hidrológicos das usinas despachadas centralizadas pelo ONS. A Companhia adota uma estratégia de proteção (*hedge*) para reduzir e mitigar o impacto financeiro decorrente desse risco, além de acompanhar e participar de discussões e decisões regulatórias referentes a esse tema.

## **ÉTICA E INTEGRIDADE**

As principais iniciativas em 2018 para ampliar o alinhamento da Companhia em torno de um de seus valores, a integridade, incluíram o reforço do Código de Ética e de Conduta nos Negócios, publicado no ano anterior, com treinamentos presenciais e *online*, a realização de uma Semana de *Compliance* e a avaliação do Programa de *Compliance* por uma consultoria independente.

A Semana de *Compliance*, realizada em dezembro, foi dedicada à reflexão sobre dilemas enfrentados no dia a dia, tanto na vida pessoal como profissional. Esses dilemas foram abordados em e-mails marketing e em um jogo de cartas distribuído aos colaboradores.

A CTG Brasil, controladora da Rio Paraná, mantém um Canal de Denúncias para que colaboradores e público externo reportem situações de não conformidade envolvendo suas operações. O serviço funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, em português e inglês, tanto por telefone (0800 601 6888) como via internet (<https://contatoseguro.com.br/ctgbr>). A Companhia garante o anonimato, a não retaliação e a confidencialidade de todo o processo.

## **CAPITAL FINANCEIRO**

---

### **CONTEXTO DE MERCADO**

A expectativa de recuperação da economia brasileira não se confirmou e o país viveu mais um ano de instabilidade econômica e política, sobretudo por causa das eleições realizadas em outubro. O Produto Interno Bruto (PIB), que havia aumentado 1,0% no ano anterior, manteve o ritmo de baixo crescimento: 1,1%, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A produção industrial cresceu 1,1% no acumulado de 2018 e o comércio varejista registrou vendas 2,3% maiores, a mais elevada variação em cinco anos. A taxa média de desocupação foi de 12,3%, ante 12,7% no final de 2017, de acordo com indicadores do IBGE.

A meta da taxa de juros Selic, definida pelo Banco Central, encerrou em 6,5%, diante dos 7,0% registrados no início de 2018. A inflação medida pelo IPCA foi de 3,75%, acima dos 2,95% de 2017, mas num nível ainda baixo, em razão do reduzido crescimento econômico, e dentro da meta do Banco Central.

## Mercado de energia

A capacidade instalada total de geração de energia hidrelétrica no Brasil alcançou 104.195 MW em dezembro de 2018, acréscimo de 3.876 MW (mais 3,9%) em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico Brasileiro, do Ministério de Minas e Energia. Já os números do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostram que fontes hidrelétricas corresponderam 73,8% da energia gerada (408.459 GWh do total de 553.206 GWh). As usinas térmicas, incluindo nuclear, responderam por 17,4%; os parques eólicos, por 8,3%, e as fontes solares, por 0,5%.

O consumo de energia foi 1,1% maior do que em 2017, alcançando 472.242 GWh, conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Todos os segmentos de consumo registraram alta: 1,3% industrial, 1,2% residencial; 0,6% comercial e 1,0% outros. O consumo do mercado regulado caiu 1,3% e a migração de consumidores favoreceu o aumento de 6,3% registrado no mercado livre.

### INDICADORES DE REFERÊNCIA - EM 31 DE DEZEMBRO

	2018	2017	2016	2015	2014
IGP-M	7,55%	- 0,52%	7,17%	10,54%	3,69%
IPCA	3,75%	2,95%	6,29%	10,67%	6,41%
Taxa de câmbio	3,8745	3,3080	3,2591	3,9048	2,6562
Δ% Taxa de câmbio	17,1%	1,50%	-16,54%	47,01%	13,39%
Taxa Selic	6,50%	6,90%	13,65%	14,25%	11,75%
CDI	6,42%	9,93%	14,00%	13,24%	10,81%

## AMBIENTE REGULATÓRIO

Duas questões regulatórias mobilizaram o setor de geração de energia elétrica ao longo de 2018: fator de ajuste de garantia física (*Generation Scaling Factor – GSF*) e a própria revisão da garantia física das usinas hidrelétricas publicada em 2017, mas com efeito a partir de 2018. A Rio Paraná, que tem 70% de sua garantia física comercializada no sistema de cotas, não contestou as condições de repactuação de risco hidrológico estabelecidas em 2017 pelo órgão regulador.

Está em discussão uma ampla revisão do modelo setorial, incluindo aspectos como formação de preço, limites para acesso de consumidores ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas e medidas para desjudicializar o setor, entre outras. O tema não evoluiu em 2018, sendo que um acordo entre lideranças do Senado inseriu em projeto de lei já em andamento uma emenda com proposta de solução definitiva para o débito do GSF. O projeto (PLS 209/2015) foi aprovado na Comissão de Infraestrutura da Câmara em 31 de outubro de 2018 e aguarda votação no Plenário do Senado.

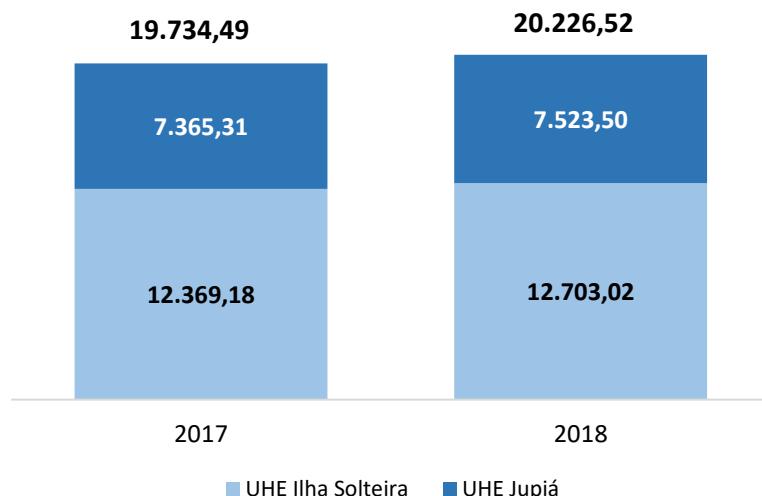
## GERAÇÃO

A geração de energia nas duas usinas totalizou 20.226,5 GWh, 2,5% acima do ano anterior (19.734,5 GWh), e equivalente a 3,7% do total produzido no Brasil durante o ano (553.206 GWh de acordo com os dados do ONS). Considerando apenas geração hidrelétrica (408.459 GWh), a proporção sobe para 5,0% do total do sistema.

O montante gerado foi 12% inferior à garantia física bruta para o ano, fixada em 22.929 GWh, correspondendo a 2.617,5 MWm. Com baixa taxa de falha nas unidades geradoras, o índice médio de disponibilidade foi de 92,57% na UHE Ilha Solteira e 92,84% na UHE Jupiá, acima do ano anterior (91,98% e 91,88%, respectivamente) e do limite regulatório de 89,58%.

De acordo com dados de volume útil de reservatórios apurados pelo ONS, o reservatório de Ilha Solteira encerrou o ano com 57,5%, abaixo do nível de 65,3% registrado em dezembro de 2017, em proporção acima da verificada em outras bacias hidrográficas do Brasil. Por essa razão, o ONS elevou em 2,5% o volume gerado em 2018.

### PRODUÇÃO DE ENERGIA (GWh)



### ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE NAS UNIDADES GERADORAS

Usina	2018	2017	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	92,57%	91,98%	89,58%
UHE Jupiá	92,84%	91,88%	89,58%

Obs.: Índice de disponibilidade é a quantidade de tempo que as unidades geradoras de uma usina estão disponíveis para produzir eletricidade dividida pelo tempo total no período, considerando intervenções programadas e não programadas nas unidades geradoras. O ONS tem a responsabilidade de processar mensalmente esses índices por meio de equações de taxas equivalentes.

## COMERCIALIZAÇÃO

Em 2018, 25% das vendas de energia foram realizadas para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 75%, para o Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O volume de energia vendida, de 20.768,8 GWh não considera Mercado de Curto Prazo (MCP) e Mecanismos de Realocação de Energia (MRE).

O contrato de concessão da Rio Paraná estabelece que, desde 1º de janeiro de 2017, 70% da energia gerada é comercializada no regime de cotas da garantia física, sendo os 30% restantes passíveis de negociação no ACL ou ACR.

Ainda que a recuperação econômica não tenha ocorrido com a força esperada, a Rio Paraná obteve consistentes resultados de vendas no ano. A estratégia comercial baseia-se na negociação de energia com dois anos de antecedência (A-2), tendo sempre uma carteira diversificada de clientes com robusta qualidade de crédito e o apoio do Comitê Estratégico Comercial para análise e alinhamento das questões estratégicas.

Atualmente, por conta do grande déficit nas chuvas, as empresas geradoras são despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em volumes inferiores aos de sua garantia física e para cumprir os contratos com os clientes compram energia no mercado de curto prazo de forma a cobrir essa diferença, ficando expostas à variação de preços nas negociações de curto prazo. Assim, atuando na compra e venda de energia elétrica, tanto no curto quanto no longo prazo, a Companhia executou uma gestão eficaz dessas variações.

## CTG Experience

A primeira edição do evento foi realizada no dia 26 de abril e reuniu mais de 420 clientes, parceiros comerciais, fornecedores e comercializadores de energia elétrica. Criado com a missão de consolidar a marca CTG Brasil, o *CTG Experience* foi aberto pelo presidente, Li Yinsheng, e contou com palestras com profissionais experientes para reflexões sobre inovação, governança corporativa, gestão empresarial, futuro da energia e da humanidade. Uma das atrações oferecidas aos participantes foi uma simulação de voo de asa-delta mostrando parte das bacias hidrográficas brasileiras.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### Principais indicadores (em milhares de Reais)

	2018	2017	Variação %
	Reapresentado (nota 7)		
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita Operacional Bruta	3.685.576	2.296.027	60,5
Receita de ativos financeiros	(1.852.974)	2.078.964	-189,1
(-) Deduções à receita operacional	(702.153)	(653.336)	7,5
<b>Resultado operacional líquido</b>	1.130.449	3.721.655	-69,6
(-) Custos e despesas operacionais	(883.134)	(918.652)	-3,9
Resultado de participação societárias	182	(50)	-464,0
<b>Resultado operacional</b>	247.497	2.802.953	-91,2
Ebitda	485.305	3.028.033	-84,0
Margem Ebitda - %	42,9%	81,4%	-38,4 pp
Resultado financeiro	(1.167.913)	(509.880)	129,1
Resultado antes dos impostos	(920.416)	2.293.073	-140,1
Resultado líquido do exercício	(422.306)	946.274	-144,6
Margem líquida - %	-37,4%	25,4%	-62,8 pp
<b>Ações</b>			
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.014.326	7.014.326	
(Prejuízo)/lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	(0,0602)	0,1349	-144,6
	2018	2017	Variação %
	Reapresentado (nota 7)		
<b>Indicadores financeiros</b>			
Ativos totais	18.594.207	19.075.699	-2,5
Dívidas em moeda nacional	3.179.788	2.703.007	17,6
Dívidas em moeda estrangeira	3.604.789	3.241.058	11,2
Patrimônio líquido	7.730.108	8.730.414	-11,5

A Companhia apresentou uma redução de 69,6% ou R\$ 2.591 milhões na receita líquida, substancialmente devido à um aprimoramento na metodologia de registro contábil dos ativos financeiros relativos à outorga (vide nota explicativa 13).

Em bases comparativas, isto é, aplicada a mesma metodologia, a receita operacional líquida apresentou um incremento de R\$ 122,0 milhões (ou 4,3%) basicamente em virtude da correção monetária (inflação).

## Custo e despesas operacionais (em milhares de Reais)

	2018	2017	Variação %
	Reapresentado (nota 7)		
Energia comprada para revenda	(325.086)	(404.723)	-19,7
Depreciação e amortização	(237.990)	(225.030)	5,8
Encargos de uso da rede elétrica	(117.398)	(107.348)	9,4
Pessoal	(78.062)	(71.095)	9,8
Serviços de terceiros	(66.672)	(45.329)	47,1
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH	(31.394)	(29.899)	5,0
Seguros	(9.824)	(10.419)	-5,7
Material	(6.273)	(6.273)	-
Alugueis	(2.429)	(2.522)	-3,7
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(2.242)	(2.635)	-14,9
Outros	(5.764)	(13.379)	-56,9
<b>Ebitda</b>	<b>(883.134)</b>	<b>(918.652)</b>	<b>-3,9</b>

As despesas operacionais apresentaram, em 2018, uma redução de 3,9% ou R\$ 35,5 milhões comparativamente ao ano de 2017. Na análise das variações, vale destacar:

- Energia comprada para revenda – Redução de 19,7% ou R\$ 79,6 milhões em decorrência da melhora do cenário hidrológico em 2018 (melhor GSF – *Generation scaling factor*), melhoria na estratégia de sazonalização, bem como algumas compras de energia realizadas com boas oportunidades de preço;
- Serviço de terceiros – Elevação de 47,1% ou R\$ 21,3 milhões, principalmente em virtude da implementação do contrato de compartilhamento de estrutura aprovado pelo despacho nº 2.018 e determinações da Resolução Normativa Aneel nº 699, de 26 de janeiro de 2016, que cria a sinergia entre os recursos.

## Ebitda e margem Ebitda (em milhares de Reais)

	2018	2017	Variação %
	Reapresentado (nota 7)		
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(422.306)	946.274	-144,6
Imposto de renda e contribuição social	(498.110)	1.346.799	-137,0
Resultado de participações societárias	(182)	50	-464,0
Resultado financeiro (líquido)	1.167.913	509.880	129,1
Depreciação e amortização	237.990	225.030	5,8
<b>Ebitda</b>	<b>485.305</b>	<b>3.028.033</b>	<b>-84,0</b>
<i>Margem Ebitda</i>	42,9%	81,4%	-38,4 pp

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou uma redução de R\$ 2.542 milhões, ou 84,0% em comparação ao mesmo período no ano anterior, substancialmente devido à um aprimoramento na metodologia de registro contábil dos ativos financeiros relativos à outorga (vide nota explicativa 13).

Em bases comparativas, isto é, aplicada a mesma metodologia, o Ebitda apresentou um incremento de R\$ 170,5 milhões (+7,9%), principalmente pela elevação das receitas líquidas (inflação) e redução nos custos e despesas operacionais mencionada acima (destaque para a redução nas compras de energia).

### *Resultado financeiro (em milhares de Reais)*

	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Variação %</b>
		<i>Reapresentado (nota 7)</i>	
Receitas	728.187	423.493	71,9%
Despesas	(1.896.100)	(933.373)	103,1%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.167.913)</b>	<b>(509.880)</b>	<b>129,1%</b>

O resultado financeiro líquido apresentado em 2018 foi negativo em R\$ 1.168 milhões, representando um aumento de 129,1% ou R\$ 658 milhões comparativamente ao ano de 2017, principalmente pelo aumento das despesas financeiras. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Aumento de R\$ 498 milhões referente à variação cambial líquida sobre o empréstimo com parte relacionada (crescimento na cotação de R\$ 3,30 em Dez/17 para R\$ 3,87 em Dez/18);
- Aumento de R\$ 160 milhões referente à variação líquida do ajuste a valor presente calculado sobre a provisão para grandes reparos;

### *Endividamento (em milhares de Reais)*

A dívida líquida – que é composta pelo endividamento, deduzindo os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

### *Dívida financeira líquida (em milhares de Reais)*

	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Variação %</b>
		<i>Reapresentado (nota 7)</i>	
<b>Empréstimos e debêntures</b>			
Curto prazo	2.632	3.007	-12,5
Longo prazo	3.177.156	2.700.000	17,7
<b>Partes relacionadas</b>			
Curto prazo	214.339	181.158	18,3
Longo prazo	3.390.450	3.059.900	10,8
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
	(1.124.329)	(630.150)	78,4
<b>Dívida líquida</b>	<b>5.660.248</b>	<b>5.313.915</b>	<b>6,5</b>

A dívida líquida – que é composta pelo endividamento, deduzindo os recursos de caixa e equivalentes de caixa – apresentou um aumento de R\$ 351,1 milhões ou 6,6% em comparação à posição no final do ano de 2017. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Incremento de R\$ 477 milhões na posição dos empréstimos em função da 1ª. emissão de debêntures ocorrida em 2018;

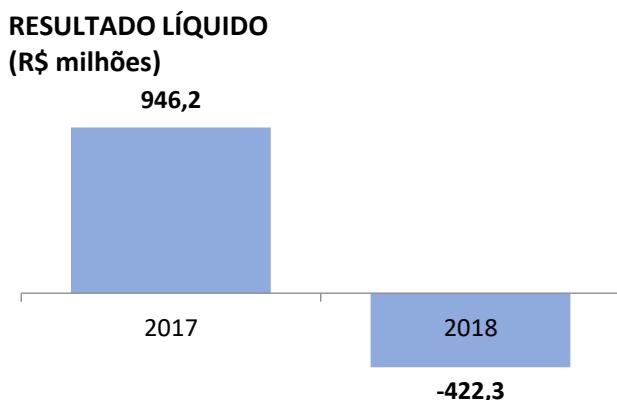
- Incremento de R\$ 369 milhões na posição dos empréstimos com Partes Relacionadas em função da elevação na cotação do dólar (R\$ 3,30 em Dez/17 para R\$ 3,87 em Dez/18);
- Elevação de R\$ 494 milhões na posição final de caixa e equivalentes de caixa.

### *Fatores de correção do endividamento (em milhares de Reais)*

	Remuneração	Vencimento	2018	2017
				<i>Reapresentado (nota 7)</i>
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% a.a. + USD	21/09/2020	3.604.789	3.241.058
Tokyo - Mitsubishi	13,16% a.a.	28/06/2023	2.702.962	2.703.007
Debêntures	CDI +1,05% a.a.	12/07/2023	239.106	-
Debêntures	IPCA + 6,1546%	16/06/2025	237.720	-
			<b>6.784.577</b>	<b>5.944.065</b>

### *Lucro líquido*

Em razão dos itens detalhados anteriormente, a Companhia registrou no ano de 2018, um prejuízo líquido de R\$ 422,3 milhões, representando uma redução de R\$ 1.368,5 milhões ou 144,6% em comparação ao registrado no ano de 2017.



### *RATINGS*

A Rio Paraná Energia foi reconhecida com *rating* de grau de investimento pela agência de risco Moody's, com Aaa.br na escala nacional. Na escala global a nota foi de Ba1. Os *ratings* ficaram idênticos aos atribuídos em 2017, mas evoluíram para a perspectiva estável e foram mantidos mesmo com o rebaixamento das notas atribuídas ao Brasil em 2018 (*rating* soberano).

Os *ratings* refletem os fluxos de caixa estáveis e previsíveis da Companhia, derivados dos contratos de concessão de longo prazo e o fato de o acionista controlador, a CTG, ser garantidor de dívidas das empresas.

### **RATING DE CRÉDITO CORPORATIVO**

Agência	Escala	Rating	Perspectiva	Data
Moody's	Global	Ba1	Estável	15/8/2018
Moody's	Nacional	Aaa.br	Estável	15/8/2018

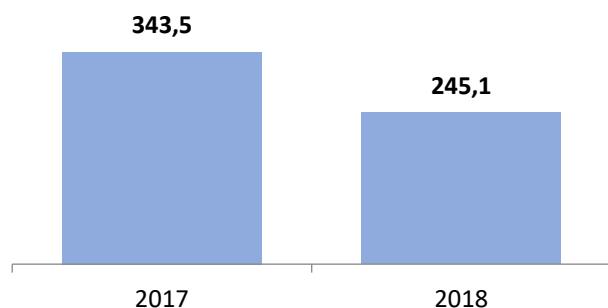
## CAPITAL MANUFATURADO

Foram investidos R\$ 245,1 milhões em 2018, 28,7% abaixo do valor aplicado em 2017 (R\$ 343,5 milhões), destinados ao projeto de modernização das UHEs Ilha Solteira e Jupiá. Orçado em R\$ 3 bilhões com execução em dez anos, tem o objetivo de melhorar a eficiência, confiabilidade e disponibilidade das hidrelétricas que já operam há cerca de 50 anos. Todas as 34 unidades geradoras serão modernizadas e reformadas, bem como os transformadores elevadores da UHE Ilha Solteira, melhorias nos serviços auxiliares, equipamentos de içamento e vertedouros, colocando os ativos em linha com as melhores tecnologias do Século 21.

A primeira etapa, com a modernização de duas turbinas – uma em cada usina – inicialmente prevista para ser concluída no segundo semestre de 2018, estendeu-se até o primeiro trimestre de 2019, pois o processo de reforma indicou que estavam em condições mais desfavoráveis do que o inicialmente projetado. A partir de 2019, a cada ano serão reformadas simultaneamente duas turbinas em cada UHE, seguindo cronograma aprovado pela Aneel.

Desde o início do processo de modernização, todo o trabalho é acompanhado diariamente por uma equipe de 15 a 20 engenheiros brasileiros, com o apoio de 10 especialistas chineses que trazem a experiência de coordenar construções e reformas de grandes usinas da China Three Gorges.

### INVESTIMENTOS (R\$ milhões)



## CAPITAL INTELECTUAL

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) receberam recursos de R\$ 2,0 milhões em 2018, atendendo à obrigação regulatória de aplicar no mínimo 1% da receita operacional líquida nessas iniciativas. Os recursos são aplicados com o objetivo de sustentar iniciativas de inovação e ganhos de eficiência da Companhia. A prioridade é avançar na identificação de necessidades que podem ser atendidas por projetos que se alinhem ao direcionamento estratégico, de forma a cumprir com a visão da CTG Brasil de se tornar referência em geração de energia limpa no Brasil.

Em 2018, foi montado um *roadmap* tecnológico para orientar esses projetos, alocar recursos para que, de fato, tenham impacto sobre o desempenho da Companhia e as comunidades envolvidas. Entre os destaques dos trabalhos conduzidos no ano estão a segunda fase do projeto de controle genético do mexilhão-dourado, molusco que se tornou umas das mais temidas espécies invasoras nos rios brasileiros com impacto significativo sobre as operações das usinas. Foram relevantes também estudos sobre controle de macrófitas e de novos equipamentos, como regulador pneumático de velocidade e limpador de grade de tomada de água.

## CAPITAL HUMANO

---

Em 31 de dezembro de 2018, a Rio Paraná contava com 320 colaboradores próprios, sendo 91,2% homens e 8,8% mulheres, além de 117 terceiros, 1 estagiário e 3 jovens-aprendizes.

Ao longo do ano, a área de Recursos Humanos desenvolveu projetos e ações relacionados a atração e seleção de pessoas, remuneração, educação corporativa, engajamento, treinamento e desenvolvimento dos colaboradores. Com foco em uma cultura de alto desempenho, o processo agregou resultados diferenciados para a Companhia.

Destaques no ano foram os seguintes programas: *Leader Coach*, que objetiva aperfeiçoar nos líderes as competências de desenvolvimento de pessoas e liderança; *Nova Geração*, no qual o foco está no desenvolvimento e na preparação de jovens técnicos para atuação nas áreas de Operação e Manutenção, sendo que nesse programa os próprios gestores atuam como tutores, contribuindo para a formação desses novos técnicos; *Energy Experts*, em que colaboradores especialistas de diversas áreas dividem com os colegas seus conhecimentos sobre o setor elétrico; e *CTG Experts*, programa que utiliza a experiência de um colaborador para multiplicar seu conhecimento com os colegas, abordando diversos temas e áreas da Companhia.

## SEGURANÇA

O tema é um dos principais valores da Companhia e motiva investimentos em programas de melhoria sustentável da cultura de saúde e segurança do trabalho, com iniciativas alinhadas ao objetivo da Controladora CTG Brasil de ser referência em segurança no trabalho. Como parte dos trabalhos realizados em 2018 destacam-se:

- Índice de Segurança Preventiva (ISP) – Ferramenta de inspeção periódica que avalia em campo a aderência a programas, procedimentos e boas práticas;
- Regras de Ouro – Programa de desenvolvimento do comportamento seguro e disciplina operacional das pessoas;
- Ops, Quase! – Para registro de condições e comportamentos inseguros;
- 4Ps (Pare, Pense, Previna e Prossiga) – Para a melhoria da percepção de risco das pessoas no ambiente de trabalho.

A taxa de frequência (TF) de acidentes com afastamentos foi de 2,78 para colaboradores e de 7,79 para contratados de terceiros. A taxa de gravidade (TG) foi, respectivamente, de 45,0 e 68,0. A TF global foi de 6,36 (6,15 em 2017) e a TG, de 62,0 (23,78 no ano anterior).

## CAPITAL SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

---

O entendimento de que fortalecer as localidades próximas às operações é essencial para o desempenho dos negócios leva a Rio Paraná a desenvolver iniciativas que garantam relacionamentos duradouros com as populações das comunidades do entorno. Elas se concentram em temas de educação, cultura e incentivo ao esporte. Em 2018, a Companhia destinou R\$ 4,7 milhões a iniciativas a ações nas comunidades, com recursos próprios e de incentivo fiscal – como Lei Rouanet, do Esporte, Fundos Municipais das Crianças e Adolescentes e Fundos Municipais do Idoso. No ano, foram desenvolvidos 26 projetos.

Entre as iniciativas na área de educação, destaca-se o apoio ao Projeto Guri, o maior programa sociocultural de educação musical para crianças e adolescentes do Brasil. A Rio Paraná patrocinou a manutenção de Polos de Música nos municípios de Ilha Solteira e Castilho, ambos no estado de São Paulo. O festival Musicando Talentos, realizado em Três Lagoas (MS), ofereceu aulas gratuitas de música para 150 jovens acima dos 15 anos. Em setembro, os alunos

do projeto se apresentaram no Festival de Arte e Cultura de Três Lagoas (MS). Já o apoio à Orquestra Jovem de Ilha Solteira permitiu a aquisição de novos uniformes e instrumentos e a realização de uma série de concertos didáticos em municípios próximos às usinas.

Em esporte, o projeto Correndo pelo Verde promoveu cinco corridas nas cidades de São Paulo (SP), Ilha Solteira (SP), Três Lagoas (MS), Avaré (SP) e Ourinhos (SP), ao longo do ano. E o projeto Brincando na Praça promoveu esportes coletivos, jogos de tabuleiros, danças e brincadeiras de rua.

A Rio Paraná ainda promoveu a reforma do Museu de Energia, instalado em São Paulo, com recursos para a climatização do espaço, produção de vídeos, impressão de documentos e acessibilidade.

Outro foco de atuação foi o voluntariado, que reforça o engajamento dos colaboradores tanto com a empresa como com as comunidades das quais fazem parte. Um dos destaque de 2018 foi o Dia das Boas Ações (DBA), realizado em abril, em cidades do entorno das usinas. Os voluntários se envolveram em tarefas que incluíram revitalização de jardim e plantação de uma horta na Associação Centro de Apoio Familiar de Ilha Solteira, revitalização de parquinho infantil e estrutura para biblioteca do Centro Juvenil Missão Salesiana, em Três Lagoas (MS).

## **CAPITAL NATURAL**

---

Uso sustentável dos recursos, proteção da biodiversidade, prevenção da poluição e adaptação às mudanças climáticas são prioridades na gestão ambiental da Companhia. O entendimento é que respeitar o meio ambiente é essencial para cumprir com a missão de prover energia limpa.

São mantidos programas vinculados às licenças ambientais e aos processos de compensação e preservação, sendo que o Plano Básico Ambiental (PBA) está em análise pelo Ibama. As iniciativas em execução incluem: repovoamento anual de peixes dos reservatórios; monitoramentos de biodiversidade (flora, fauna e ictiofauna), de qualidade da água dos reservatórios, arqueológico e do assoreamento e processos erosivos das bordas dos reservatórios, entre outras.

Programas de monitoramento de flora, fauna e ictiofauna são adotados para preservar a biodiversidade. Para recompor a ictiofauna, foram soltos 2,1 milhões de alevinos de espécies nativas nos reservatórios das UHEs Ilha Solteira e Jupiá, com o objetivo de formar populações sustentáveis, e que também tenham valor econômico e cultural para as comunidades ribeirinhas.

## **GESTÃO PATRIMONIAL**

A Rio Paraná mantém um trabalho permanente de gestão patrimonial que envolve a identificação e o registro de imóveis que fazem parte da concessão, além do controle sobre a utilização indevida das bordas dos reservatórios das UHEs Ilha Solteira e Jupiá. A empresa é parte em processos envolvendo a proteção das bordas dos reservatórios e de áreas de preservação permanente.

Em 2018, essas atividades envolveram 465 inspeções de margens e nove reuniões, palestras, trabalhos de campo ou intercâmbio de informações com órgãos de fiscalização e licenciamento ambiental. O gerenciamento dos ativos imobiliários tem o apoio do Sistema de Gestão Territorial (SGT).

**Espaço Legal** – A Campanha Espaço Legal foi a vencedora da Regional São Paulo Prêmio Aberje 2018, reconhecida na categoria Comunicação de Programas Voltados à Sustentabilidade Empresarial. O prêmio é o mais importante reconhecimento de comunicação do país. Obteve também a 5ª colocação no Benchmarking Brasil – Os Legítimos da Sustentabilidade, organizado

pelo Instituto Mais, e foi selecionada e apresentada como representante de boas práticas no VIII Seminário Brasileiro de Meio Ambiente e Responsabilidade Social do Setor Elétrico (SMARS), organizado pelo Cigré Brasil. A campanha – mantida nas UHEs Ilha Solteira e Jupiá e nas demais usinas da CTG Brasil – é uma iniciativa inédita sobre o uso das margens de reservatórios, não somente sob a visão de atendimento às leis, mas também quanto à importância do comprometimento das comunidades com a conservação ambiental. O trabalho é apoiado pela publicação Guia Espaço Legal, que informa sobre como regularizar os terrenos, seja nos casos de atividades agropecuárias, de áreas de lazer, pequenas intervenções (rampas, plataformas de pesca, etc.), loteamentos ou chácaras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2018	2017	2016
			Reapresentado (nota 7)	Reapresentado (nota 7)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.124.329	630.150	1.023.841
Clientes	9	262.118	198.570	185.374
Tributos a recuperar	10	11.337	128.601	-
Despesas antecipadas		6.278	6.388	5.187
Serviços em curso		2.588	550	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	13.1	1.481.186	877.620	855.144
Dividendos		32	-	-
Outros créditos		210.409	53.092	1.066
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.098.277</b>	<b>1.894.971</b>	<b>2.070.612</b>
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Clientes	9	1.119	-	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	13.1	8.410.001	10.546.705	9.384.329
Despesas antecipadas		2.088	-	-
Depósitos judiciais	11	441.504	30	30
		<b>8.854.712</b>	<b>10.546.735</b>	<b>9.384.359</b>
Imobilizado	14.2	3.145	2.560	1.925
Intangível	15.2	6.637.841	6.631.351	6.494.231
Investimentos		232	82	1
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>15.495.930</b>	<b>17.180.728</b>	<b>15.880.516</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>18.594.207</b>	<b>19.075.699</b>	<b>17.951.128</b>
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017	2016
			Reapresentado (nota 7)	Reapresentado (nota 7)
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	16	82.139	77.828	51.527
Provisões para grandes reparos	17	341.985	871.604	941.317
Partes relacionadas	12.2	221.464	183.449	81.866
Encargos setoriais	18	45.061	26.990	43.340
Empréstimos e debêntures	19.3	2.632	3.007	2.005
Salários, provisões e contribuições sociais		17.902	11.881	5.908
Juros sobre o capital próprio - JSCP	21.2.2	723.874	511.700	-
Dividendos	21.2.2	56.918	170.753	977.953
Tributos a recolher	10	164.787	122.557	159.901
Outras obrigações		-	39.697	984
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.656.762</b>	<b>2.019.466</b>	<b>2.264.801</b>
<b>Não circulante</b>				
Encargos setoriais	18	13.226	14.868	-
Empréstimos e debêntures	19.3	3.177.156	2.700.000	2.700.000
Tributos a recolher	10	143.541	135.662	135.662
Provisões para grandes reparos	17	1.911.664	1.179.267	906.149
Partes relacionadas	12.2	3.390.450	3.059.900	3.177.623
Impostos diferidos	10.1	571.293	1.236.122	-
Provisões para riscos	20	7	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>9.207.337</b>	<b>8.325.819</b>	<b>6.919.434</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>10.864.099</b>	<b>10.345.285</b>	<b>9.184.235</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	21.1	6.649.017	6.649.017	6.649.017
Reserva de retenção de lucros	21.2	871.036	1.871.342	1.950.085
Reserva legal	21.2	210.055	210.055	167.791
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>7.730.108</b>	<b>8.730.414</b>	<b>8.766.893</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>18.594.207</b>	<b>19.075.699</b>	<b>17.951.128</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
<b>Receita operacional líquida</b>	22	<b>1.130.449</b>	<b>3.721.655</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			<i>Reapresentado (nota 7)</i>
Pessoal		(62.728)	(56.102)
Material		(5.941)	(6.071)
Serviços de terceiros		(27.816)	(29.253)
Energia comprada para revenda	23.2	(325.086)	(404.723)
Depreciação e amortização		(237.255)	(224.323)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	(117.398)	(107.348)
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH		(31.394)	(29.899)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(2.242)	(2.635)
Seguros		(9.685)	(10.362)
Aluguéis		(866)	(1.365)
Outros		(2.740)	(3.248)
		<b>(823.151)</b>	<b>(875.329)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>307.298</b>	<b>2.846.326</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Pessoal		(15.334)	(14.993)
Material		(332)	(202)
Serviços de terceiros		(38.856)	(16.076)
Depreciação e amortização		(735)	(707)
Seguros		(139)	(57)
Aluguéis		(1.563)	(1.157)
Outras		(3.024)	(10.131)
		<b>(59.983)</b>	<b>(43.323)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial		182	(50)
<b>Lucro operacional</b>		<b>247.497</b>	<b>2.802.953</b>
<b>Resultado financeiro</b>	24		
Receitas		728.187	500.383
Despesas		(1.896.100)	(1.010.263)
		<b>(1.167.913)</b>	<b>(509.880)</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social</b>		<b>(920.416)</b>	<b>2.293.073</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	25		
Corrente		(166.719)	(110.677)
Diferido		664.829	(1.236.122)
		<b>498.110</b>	<b>(1.346.799)</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício</b>		<b>(422.306)</b>	<b>946.274</b>
<b>Atribuível a</b>			
Acionistas controladores		(281.551)	630.881
Acionistas não controladores		(140.755)	315.393
		<b>(422.306)</b>	<b>946.274</b>
<b>Quantidade de ações (lotes de mil)</b>	26		
Acionistas controladores		4.676.217	4.676.217
Participação dos não controladores		2.338.109	2.338.109
		<b>7.014.326</b>	<b>7.014.326</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais</b>	26		
Acionistas controladores		(0,0602)	0,1349
Acionistas não controladores		(0,0602)	0,1349

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		<i>Reapresentado (nota 7)</i>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(422.306)	946.274
Resultado abrangente do exercício	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(422.306)</b>	<b>946.274</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.649.017</b>	1.871.342	210.055	-	<b>8.730.414</b>
Resultado abrangente do exercício					
Prejuízo do exercício	-	-	-	(422.306)	(422.306)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(422.306)</b>	<b>(422.306)</b>
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	(578.000)	-	-	(578.000)
Absorção do prejuízo do exercício				422.306	-
	-	<b>(1.000.306)</b>	-	<b>422.306</b>	<b>(578.000)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.649.017</b>	<b>871.036</b>	<b>210.055</b>	-	<b>7.730.108</b>

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Reserva de retenção de lucros	Reserva legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.649.017</b>	<b>1.950.085</b>	<b>167.791</b>	-	<b>8.766.893</b>
Resultado abrangente do exercício					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	946.274	946.274
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>946.274</b>	<b>946.274</b>
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos	-	-	-	(170.753)	(170.753)
Dividendos intermediários conforme AGE de 15/12/2017	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendos adicionais conforme AGE de 03/04/2017	-	(180.000)	-	-	(180.000)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(602.000)	(602.000)
Transferência entre reservas	-	101.257	42.264	(143.521)	-
	-	<b>(78.743)</b>	<b>42.264</b>	<b>(946.274)</b>	<b>(982.753)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.649.017</b>	<b>1.871.342</b>	<b>210.055</b>	-	<b>8.730.414</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		<i>Reapresentado (nota 7)</i>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(920.416)	2.293.073
<b>Ajustes em:</b>		
Depreciação e amortização	237.990	225.030
Apropriação de juros sobre empréstimos	363.092	365.867
Equivalência patrimonial	(182)	(50)
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	175.633	139.462
Atualização ativos financeiros	260.277	(1.300.523)
Apropriação de ajuste a valor presente de ativos financeiros	1.592.697	(778.441)
Amortização - Ajuste a valor presente de provisão para manutenção	147.612	76.890
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	546.258	48.115
Provisão, líquida, para riscos trabalhistas	7	-
<b>Variação nos ativos:</b>		
Clientes	(64.667)	(13.196)
Tributos a recuperar	117.264	(128.601)
Despesas antecipadas	(1.978)	(1.201)
Serviços em curso	(2.038)	(550)
Ativo financeiro vinculado à concessão	(319.836)	894.112
Outras variações ativas	(441.474)	(50.282)
<b>Variação nos passivos</b>		
Fornecedores	4.311	26.301
Encargos setoriais	16.429	(1.482)
Provisões para grandes reparos	55.166	89.925
Partes relacionadas	4.834	2.291
Salários, provisões e contribuições sociais	6.021	5.973
Tributos a recolher	(90.076)	125.386
Outras variações passivas	(197.014)	38.713
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>1.489.910</b>	<b>2.056.812</b>
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(378.608)	(364.865)
Juros pagos sobre partes relacionadas	(170.791)	(124.092)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(113.234)	(363.707)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>827.277</b>	<b>1.204.148</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições no ativo imobilizado e intangível	(228.450)	(327.970)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(228.450)</b>	<b>(327.970)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos e debêntures	(4.318)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(279.126)	-
Dividendos pagos	(113.835)	(1.187.953)
Captação de debêntures	480.000	-
Principal sobre partes relacionadas pagos	(187.369)	(81.916)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(104.648)</b>	<b>(1.269.869)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>494.179</b>	<b>(393.691)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	630.150	1.023.841
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.124.329	630.150
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>494.179</b>	<b>(393.691)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e UHE Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME (Ministério de Minas e Energia), com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016.

O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupiá e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

O valor da Bonificação pela Outorga – BO, do lote E foi de R\$ 13.803.752 com pagamento em duas parcelas, sendo a primeira à vista no ato da assinatura do contrato de concessão, equivalente a 65% (sessenta e cinco) no valor de R\$ 8.972.439 e a segunda parcela correspondente a 35% (trinta e cinco) no valor de R\$ 4.831.313 atualizados a taxa Selic, em até 180 (cento e oitenta) dias contados após a data da assinatura do contrato de concessão.

Conforme mencionado na nota 3, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual com vencimento em julho, cujo reajuste em 2018 foi de 3,7%.

### 1.2. Marco legal do setor elétrico

O MME lançou Consultas Públicas (CP) que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro.

A primeira delas, CP MME nº 032, trata dos “Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro”, cujo relatório versa sobre a base conceitual do Ministério na elaboração de medidas de aprimoramento para o arcabouço legal, institucional e regulatório do setor que nortearão essa discussão.

A segunda, CP MME nº 033, coloca em consulta as propostas de caráter técnico para o meio de documento consolidado e detalhado intitulado “Medidas Legais que Viabilizem o Futuro do Setor Elétrico com Sustentabilidade a Longo Prazo”.

O texto prevê propostas para temas já em discussão no setor, como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, utilização de preço horário, administração da sobrecontratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A terceira, CP MME nº 42, apresenta as “Questões Relativas à Implantação do Preço Horário no Mercado de Curto Prazo”, através de proposta de implementação do PLD com granularidade temporal horária. No relatório que permeia a referida consulta, autoridades do setor elétrico reconhecem que é almejado um mercado de energia com regras transparentes e previsíveis, onde o sinal econômico é vetor para a eficiência do mercado, de forma que a abordagem atualmente utilizada de formação de preço por meio de modelos computacionais tenha maior aderência à realidade operativa e seja eficiente na alocação de custos e riscos.

O Ministério declarou que essas iniciativas fazem parte da promoção da transparência e do diálogo que pautam a atuação da pasta.

A Companhia enquanto estuda e acompanha a evolução dessas medidas entende, em princípio, que as mesmas representam uma medida positiva de diálogo do Governo com as diversas áreas do setor no sentido de buscar as melhores propostas para o setor elétrico brasileiro.

### **1.3. Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2019.

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABEIS E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, quando aplicável, as regulamentações emitidas pela Aneel, quando esta não estiver em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base para o ativo imobilizado e ativo intangível e para ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na nota 4.

## **2.2. Moeda funcional e moeda de preparação**

As demonstrações financeiras, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

## **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valores.

## **2.4. Instrumentos financeiros**

### **2.4.1. Ativos financeiros**

#### **2.4.1.1. Classificação**

A Companhia pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- ii. Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui o seguinte instrumento financeiro:

- i. Mensurado ao custo amortizado

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Para maiores detalhes dos ativos financeiros da Companhia e Controlada e suas classificações (vide nota explicativa nº 27).

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

#### **2.4.1.2. Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### **2.4.1.3. Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.4.1.4. *Impairment* de ativos financeiros**

##### **Ativos negociados ao custo amortizado**

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos

financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o *impairment* não tivesse sido reconhecido.

#### **2.4.2. Passivos financeiros**

##### **2.4.2.1. Classificação**

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, esse método é utilizado para calcular e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Para maiores detalhes dos passivos financeiros da Companhia e suas classificações (vide nota explicativa nº 27).

#### **2.5. Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017**

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

##### **I - Classificação**

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial como empréstimos e recebíveis.

##### **II – Reconhecimento e mensuração**

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48. Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido

ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### **2.5.1.1. Reconhecimento e mensuração**

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, debêntures, partes relacionadas, encargos setoriais e provisão para grandes reparos.

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e debêntures estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### **2.6. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referente ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

#### **2.7. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - *Impairment***

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra ECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

## **2.8. Serviços em curso**

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel.

## **2.9. Ativo financeiro vinculado a concessão**

A Companhia possui em seu balanço o valor presente de parte da receita de RBO (Retorno da Bonificação da Outorga), que não possui risco de demanda, reconhecido como um ativo financeiro (vide nota 2.12). Os fatores de indisponibilidade não interferem sobre essa parcela da receita da RBO, portanto essa receita é garantida incondicionalmente. Os efeitos destas transações estão em consonância com o ICPC 01 e OCPC 05 Contratos de Concessão (correspondente ao IFRIC 12).

A Companhia realizou a projeção dos valores a receber relacionados ao RBO referente ao montante pago pelo direito de concessão que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão.

O Ativo financeiro, considerado indenizável, correspondente a 65% da RBO, é ajustado por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015. O valor remanescente do total pago e por corresponder a parcela sujeita a risco de demanda, foi classificada como Ativo Intangível.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses da data do balanço.

## **2.10. Imobilizado**

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisadas no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos do imobilizado são baixados em reformas, substituições, venda, perda e alienação dos bens. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício.

## **2.11. Ativos intangíveis**

### **2.11.1. Softwares**

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

## 2.11.2. Direitos do Contrato de Concessão

Referem-se ao direito da concessionária de explorar as usinas ao longo do contrato de concessão, e foi constituído considerando bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) – ver nota explicativa 2.9 acima. A amortização é registrada ao longo do prazo do Contrato de Concessão.

A parte remanescente da remuneração paga pelo Contrato de Concessão da Companhia foi registrada como um Ativo Intangível, uma vez que a Companhia receberá parte da remuneração do mercado livre mediante capacidade de cobrar das empresas distribuidoras de energia e prestação de serviço pelo modelo de cotas.

## 2.12. Contrato de Concessão

O contrato de concessão firmado pela Companhia estabelece que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização para os investimentos não amortizados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o operador não controla os ativos, nem quais e a quem os serviços devem ser prestados, passando a ser reconhecidas de acordo com o modelo de concessão.

De acordo com o normativo, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação são reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação. Os possíveis modelos a serem assumidos junto ao concessionário são o modelo do Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e o Bifurcado.

O modelo do Contrato de Concessão da Rio Paraná corresponde a um modelo Bifurcado de Ativo, considerando:

- i. O Ativo Financeiro, que corresponde à parcela outorga paga e que será recebida até o final do contrato de concessão e que não existe risco de demanda;
- ii. Ativo Intangível, pelo direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar das distribuidoras pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do Contrato de Concessão.

Contrato de concessão MME	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Inicio da concessão	Vencimento da concessão
01/2016	Jupiá	UHE -Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	1.551,2	886,0	05/01/2016	01/07/2046
01/2016	Ilha Solteira	UHE -Hidrelétrica	SP/MS	Paraná	3.444	1.731,5	05/01/2016	01/07/2046

## 2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

## **2.14. Fornecedores e outras contas a pagar**

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

## **2.15. Provisão para grandes reparos**

São registradas as grandes manutenções obrigatórias para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e que se referem a obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão, e trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia. Essa provisão é reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

## **2.16. Empréstimos e debêntures**

Os empréstimos, debêntures e partes relacionadas são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.17. Provisões**

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, com provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para

liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.18. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

## **2.19. Benefícios a empregados**

### **2.19.1. Participação nos lucros**

O Programa de Participações no Resultado - PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos para uma vigência anual

Não há benefício relacionado a aposentadoria ou planos e opções em ações (*stock option*).

## **2.20. Reconhecimento da receita**

### **2.20.1. Receita de comercialização de energia**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

### **2.20.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas**

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) está previsto no contrato de concessão e é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeito ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

### **2.20.3. Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

### **2.20.4. Receita financeira**

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

## **3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2018, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providencia e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo grupo no Brasil.

Segue abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ativo	525	86
Passivo	293	5
Patrimônio Líquido	232	81

#### **4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABEIS CRITICOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

##### **4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, a Companhia elabora estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

###### **4.1.1. Provisões para grandes reparos**

Com base em estimativas de engenheiros e administração foi provisionado o valor total que se espera despender com reparos nos geradores, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. A estimativa de gastos somente é confirmada na abertura das máquinas, sendo assim, teremos o real conhecimento do reparo. Espera-se que os tais sejam feitos em até 9 anos no qual teremos dispêndio de caixa nesse período.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Posteriormente, as provisões são atualizadas considerando a taxa efetiva.

Periodicamente, as provisões são revistas sempre que houver andamento do projeto que demonstre que as estimativas de desembolso podem se tornar diferentes das inicialmente previstas.

Em caso de aumento na base da provisão, o efeito é registrado contra o intangível. Quando a revisão é em razão da alteração do fluxo dos dispêndios, esse efeito impacta o resultado

###### **4.1.2. Contingências**

Em função do Contrato de Concessão, a Companhia assumiu os processos judiciais e administrativos ambientais, distribuídos em face da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”).

As ações discutem as demolições de construções irregulares em área de APP e de concessão, então da CESP, indenização pelos danos ambientais, recuperação e compensação dos danos causados pelas ocupações irregulares.

Ainda, é necessária consideração a respeito do dano ambiental, que pode ser abstrata, e que na licença de operação já existe a determinação para cumprimento de obrigações ambientais, que a Companhia deve cumprir, o que caracterizaria um empenho duplicado pelo mesmo objetivo.

Adicionalmente, a determinação da possibilidade de êxito nos demais processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

#### **4.1.3. Impostos de renda e contribuição social diferidos**

A Contabilização dos ativos e passivos diferidos do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos sobre as provisões de grandes reparos são atualizados mensalmente considerando a amortização realizada e suas respectivas atualizações periódicas. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

#### **4.1.4. Ativos vinculados à concessão**

Conforme notas 2.9 e 2.11, a Companhia estimou Ativos vinculados à concessão. Conforme descrito na nota 13, a mensuração e classificação desses valores é complexa e exige estimativas críticas em relação aos valores para que melhor reflitam a posição patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia.

### **4.2. Novos pronunciamentos CPC**

#### **4.2.1. CPC 47/IFRS 15**

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que os processos existentes contemplam os requisitos que devem ser percorridos para a implementação das novas normas, logo não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 47.

Requisitos	Procedimento anterior	Adequação necessária
i. Aprovação de contrato entre as partes;	Formalização da negociação através de contrato onde partes são devidamente identificadas e, esses contratos, são assinados por responsáveis/representantes das empresas. Os contratos têm uma minuta padrão que é alinhada à negociação firmada entre as partes, descrevendo detalhadamente as obrigações assumidas.	Nenhuma
ii. Identificação de todas as obrigações de cada parte e garantindo que tenha substância comercial;	Além das obrigações previstas nos contratos comerciais, pela natureza de prestação de serviço há uma obrigação de disponibilidade prevista no contrato de Concessão a Companhia já trabalhar com uma margem de risco, está em andamento o projeto de modernização para garantir ainda mais a disponibilidade de seu parque gerador.	Nenhuma
iii. Identificação dos valores e termos de pagamento para o contrato firmado;	No contrato é informado o valor por MWh, e a forma de pagamento que deve ser atendida para quitação das faturas emitidas.	Nenhuma
iv. Quando for provável a entrada de recursos à medida que a obrigação é cumprida.	Um dos itens detalhados em contrato é a data de pagamento, já é prevista a data de faturamento, diante do suprimento já feito ao cliente.	Nenhuma

#### 4.2.2. CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que diante das novas classificações/mensurações, abrangendo todos os ativos e passivos financeiros, não há impactos relevantes nos registros já feitos a respeito da aplicação do CPC 48/IFRS 9.

Ativo financeiro e Passivos financeiros	Rio Paraná Energia S.A.	Teste SPPI	Efeito de impairment	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Sim	As entidades possuem operações somente com instituições de primeira linha com baixo risco de crédito, por isso, não avaliou perda esperada material.	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Cientes	Custo amortizado	Sim	As geradoras vendem em ACR a um conjunto de distribuidoras e em mercado de curto prazo, a preço de liquidação das diferenças. Normalmente têm um prazo médio de recebimento de aproximadamente 45 dias. Foi também apurado que existem garantias prestadas pelas distribuidoras, apesar de por vezes serem insuficientes para cobrir a totalidade da exposição ao risco de não cumprimento. A determinação do modelo de perdas esperadas nas empresas de geração não foi relevante, considerando os seguintes pontos: (i) funcionamento das garantias prestadas pelas distribuidoras/clientes e nível de cobertura de risco das mesmas; (ii) possibilidade de justificar que as garantias dadas pelo setor/SIN cobrem a totalidade do risco de não cumprimento pelas distribuidoras, o que, complementado pelo fato de não existir qualquer histórico de inadimplência, justificaria como adequada uma análise de risco zero ou próximo de zero (posição actual do setor).	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Encargos setoriais	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos	Custo amortizado	N/A	N/A	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

#### 4.2.3. Normas novas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

#### 4.2.4. CPC 06/IFRS 16

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de

reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e não é aplicável às Demonstrações Financeiras que tem aplicação do IFRIC 12, caso da Companhia.

A administração da Companhia avaliou as características indicadas pela nova norma e concluiu que a aplicação de referida norma, não trará impactos relevantes nas demonstrações financeiras de 2019, visto que os contratos de arrendamento vigentes tem valores imateriais no contexto operacional do negócio e no conjunto das demonstrações financeiras.

## 5. GESTÃO DE RISCOS DO NEGÓCIO

### 5.1. Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### 5.1.1. Risco de mercado

##### 5.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste MRE (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

##### 5.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

### 5.1.2. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentem saldos passivos em moeda estrangeira cujo o risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido.

### 5.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emissão	Série	Remuneração						Total
			De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos		
Tokyo	-	13,16% a.a.	89.851	2.789.851	-	-		2.879.702
Debêntures	1	CDI +1,05% a.a.	-	-	40.036	282.117		322.153
Debêntures	1	IPCA + 6,1546% a.a.	-	-	31.223	385.021		416.244
			<b>89.851</b>	<b>2.789.851</b>	<b>71.259</b>	<b>667.138</b>		<b>3.618.099</b>

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

### 5.1.4. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com elevado nível de *rating* disponível no mercado.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação (vide nota explicativa nº 23.1).

#### 5.1.5. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide nota explicativa 19).

#### 5.1.6. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2018 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) e considerou ainda outros quatro cenários, com variações de risco favoráveis e desfavoráveis de 25% e 50% sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	2018	Cenário + Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável I	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
<b>Ativo financeiros</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	1.124.329	(39.408)	(19.704)	78.815	19.704	39.408
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	9.891.187	(198.318)	(99.159)	396.637	99.159	198.318
		<b>11.015.516</b>	<b>(237.726)</b>	<b>(118.863)</b>	<b>475.452</b>	<b>118.863</b>	<b>237.726</b>
<b>Passivos financeiros</b>							
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	Dolar	(3.604.789)	1.837.188	953.388	(69.588)	(953.388)	(1.837.188)
Provisão para grandes reparos	IPCA	(1.352.189)	27.111	13.556	(54.223)	(13.556)	(27.111)
Provisão para grandes reparos	IGPM	(901.460)	20.598	10.299	(41.197)	(10.299)	(20.598)
Debêntures	CDI	(239.106)	8.381	4.190	(16.761)	(4.190)	(8.381)
Debêntures	IPCA	(237.720)	4.766	2.383	(9.533)	(2.383)	(4.766)
		<b>(6.335.264)</b>	<b>1.898.045</b>	<b>983.816</b>	<b>(191.301)</b>	<b>(983.816)</b>	<b>(1.898.045)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>4.680.252</b>	<b>1.660.319</b>	<b>864.953</b>	<b>284.151</b>	<b>(864.953)</b>	<b>(1.660.319)</b>

Variação dos índices	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Cenário Provável I	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Dolar	1,90	2,85	3,80	4,75	5,70
IPCA	2,01%	3,01%	4,01%	5,01%	6,02%
CDI	3,51%	5,26%	7,01%	8,76%	10,52%
IGPM	2,29%	3,43%	4,57%	5,71%	6,86%

#### 5.2. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é assegurar a capacidade de continuidade da Companhia para assim oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de

dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Empréstimos e debêntures	19.3	3.179.788	2.703.007
Partes relacionadas	12.3.2	3.604.789	3.241.058
(-) Caixa e equivalentes de caixa	8	(1.124.329)	(630.150)
<b>Dívida líquida</b>		<b>5.660.248</b>	<b>5.313.915</b>
Patrimônio líquido		7.730.108	8.730.414
<b>Total do capital</b>		<b>13.390.356</b>	<b>14.044.329</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - (%)*</b>		<b>42,3</b>	<b>37,8</b>

\* Dívida líquida / total do capital

### 5.3. Outros riscos

#### 5.3.1. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### 5.3.2. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 20.2.

### 5.4. Estimativa ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores e as contas a receber de clientes reconhecidos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo

de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual.

## 6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

### 6.1. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas do crédito conforme quadro abaixo:

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras				
Standard & Poor's	Moodys	2018	2017	
B	BR-1	836.264	618.157	
N/A	BR-1	288.059	478	
N/A	N/A	-	11.513	
*	*	6	2	
		<b>1.124.329</b>	<b>630.150</b>	

\* O saldo de R\$ 6 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fundo fixo de caixa, portanto, não possui classificação de risco.

### 6.2. Clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do *rating* interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como:

1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 – Regular e 5 - Crítico.

Baseado na política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no *rating* interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2018, segundo o *rating* interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	RPESA	
	Circulante	
	%	R\$
1 - Excelente	14,6	9.513
2 - Bom	81,1	52.896
3 - Satisfatório	4,0	2.578
4 - Regular	0,4	255
5 - Crítico	-	-
	<b>100,0</b>	<b>65.242</b>

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores sofrerem impactos considerados temporais, além de os agentes envolvidos serem passivos de possíveis desligamento do sistema, com isso o risco de ECLD é praticamente nulo. Em função disso a administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização.

## 7. REAPRESENTAÇÃO DE CIFRAS

Em 2018, a Companhia identificou ajustes referentes à retificação de erros no cálculo da provisão de grandes reparos, visto que efetuou cálculo do ajuste ao valor presente da provisão, considerando fluxo de pagamentos ao longo dos anos que espera realizar os correspondentes pagamentos, todavia, os valores para provisão não estavam integralmente atualizados para pagamentos nas datas futuras. Os ajustes identificados impactaram os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 nos montantes de R\$ 162.082 e R\$ 296.189, respectivamente. Em decorrência deste procedimento, os ativos intangíveis e a provisão de grandes reparos foram erroneamente mensuradas. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos respectivos exercícios anteriores.

### 7.1. Efeitos da reapresentação

As reapresentações e novas aberturas na apresentação do balanço patrimonial referente ao exercício de 2017, foram efetuadas para facilitar análises quantitativas.

Como resultado das mudanças nas políticas contábeis da entidade, as demonstrações financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas, por não causar impacto relevante para a Companhia.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

Ativo	2017			2016		
	Original	Ajustes Grandes reparos (a)	Reapresentado	Original	Ajustes Grandes reparos (a)	Reapresentado
<b>Não circulante</b>						
Intangível	6.335.162	296.189	6.631.351	6.332.149	162.082	6.494.231
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
Circulante	Original	Ajustes Grandes reparos (a)	Reapresentado	Original	Ajustes Grandes reparos (a)	Reapresentado
	Provisões para grandes reparos	728.444	143.160	871.604	779.235	162.082
<b>Não circulante</b>						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.184.092	52.030	1.236.122	-	-	-
<b>PL</b>						
Reserva de retenção de lucros	1.770.343	100.999	1.871.342	-	-	-

	2017			
	Nota	Original	Ajustes Grandes Reparos (a)	Reapresentado
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>				
Depreciação e amortização	14 e 15	(219.313)	(5.010)	(224.323)
<b>Resultado financeiro</b>	24			
Despesas		(1.168.302)	158.039	(1.010.263)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	25			
Diferido		(1.184.092)	(52.030)	(1.236.122)

As reapresentações são devidas a correções de erros, notadamente em função da utilização de fluxo de caixa projetado sem a incorporação de inflação ao longo dos anos.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixas e bancos	60	119
Aplicações financeiras		
Certificado de depósito bancário - CDB	1.124.269	630.031
	<b>1.124.329</b>	<b>630.150</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações de certificado de depósitos bancários, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remunerações de acordo com as práticas de mercado.

O aumento do saldo de 2018 decorre da captação de debêntures (vide nota explicativa 19.3)

## 9. CLIENTES

	Vencidos		A vencer		Saldo líquido em 2018	Saldo líquido em 2017
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Até 90 dias	Acima de 365		
Contratos bilaterais - ACR	8.704	3.243	132.060	-	144.007	125.306
Contratos bilaterais - ACL	-	-	65.242	-	65.242	66.929
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	-	-	52.869	1.119	53.988	6.335
	<b>8.704</b>	<b>3.243</b>	<b>250.171</b>	<b>1.119</b>	<b>263.237</b>	<b>198.570</b>

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”) e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

O aumento do saldo de contas a receber referente a energia de curto prazo (MRE/MCP) se deve a judicialização no setor.

### Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“ECLD”)

As faturas emitidas pela Companhia referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2018, não houve estimativas para créditos de liquidação duvidosa.

A estimativa de crédito de liquidação duvidosa é avaliada conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.

## 10. TRIBUTOS A RECUPERAR/RECOLHER

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativo</b>				
IRPJ e CSLL	10.226	-	128.449	-
PIS e COFINS	100	-	149	-
Outros	1.011	-	3	-
	<b>11.337</b>	-	<b>128.601</b>	-
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL	54.159	-	-	-
PIS e COFINS	21.223	143.541	16.860	135.662
Parcelamento (i)	-	-	6.613	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	86.700	-	90.300	-
Outros	2.705	-	8.784	-
	<b>164.787</b>	<b>143.541</b>	<b>122.557</b>	<b>135.662</b>

(i) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – Demais débitos, concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e confirmado através do recibo 08967099897980303220 de 25/08/2017. O débito é referente ao IRPJ e CSLL do exercício de 2016 decorrente de diferenças de recolhimento entre regime caixa e regime de competência a serem amortizados em 05 parcelas mensais e sucessivas, referente a 7,5% da dívida, e uma parcela única correspondente a 92,5% da dívida. A primeira parcela foi paga em 31/08/2017 e a última parcela em 31/01/2018.

### 10.1. Impostos diferidos

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Ativo de imposto diferido</b>						
Diferenças temporárias						
Participação nos lucros e resultados (i)	2.261	814	3.075	1.025	369	1.394
Ajuste a valor presente - Provisão de manutenções	32.465	11.687	44.152	12.720	4.579	17.299
Provisões (i)	674	243	917	48	17	65
<b>Passivo de imposto diferido</b>						
Efeitos da outorga (ii)	(425.952)	(153.343)	(579.295)	(760.198)	(273.671)	(1.033.869)
Variação cambial (iii)	(23.102)	(8.317)	(31.419)	(162.508)	(58.503)	(221.011)
Juros sobre depósito vinculado	(6.414)	(2.309)	(8.723)	-	-	-
<b>Imposto diferido líquido</b>	<b>(420.068)</b>	<b>(151.225)</b>	<b>(571.293)</b>	<b>(908.913)</b>	<b>(327.209)</b>	<b>(1.236.122)</b>

(i) Realização estimada no exercício subsequente;  
 (ii) Realização de acordo com o prazo da concessão, conforme exigido pelo ICPC 01 (Interpretação – Comitê de Pronunciamentos Contábeis) até 12/2045;  
 (iii) Realização de acordo com o pagamento do empréstimo (09/2020) que prevê amortizações semestrais;

A Companhia tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2019	2020	2021	a partir de 2022	Total
Diferido Total	(35.969)	(23.547)	(42.127)	(469.650)	(571.293)

## 11. DEPÓSITO JUDICIAL

### 11.1. Composição do depósito judicial

	2018	2017
Tributárias	441.504	30
	<b>441.504</b>	<b>30</b>

### 11.2. Movimentação do depósito judicial

	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>30</b>
Novos depósitos (i)	415.818
Atualização	25.656
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>441.504</b>

(i) Mandato de segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 415.818 em 30 de janeiro de 2018 (vide nota explicativa 20.2)

## 12. PARTES RELACIONADAS

### 12.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas chave da Administração:

	2018	2017
Salários e benefícios de curto prazo	3.098	2.829
Benefícios pós emprego	142	134
	<b>3.240</b>	<b>2.963</b>

### 12.2. Transações e saldos

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

2018	Contas a pagar				Resultado
	Curto Prazo	Longo Prazo	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	
<b>Coligadas</b>					
Rio Canoas Energia S.A.	4.117	-	(43.366)	-	(43.366)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	214.339	3.390.450	-	-	-
	<b>218.456</b>	<b>3.390.450</b>	<b>(43.366)</b>	<b>-</b>	<b>(43.366)</b>
<b>Controladora</b>					
China Three Gorges Brasil Ltda	3.008	-	-	(33.938)	(33.938)
	<b>3.008</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.938)</b>	<b>(33.938)</b>
<b>Total</b>	<b>221.464</b>	<b>3.390.450</b>	<b>(43.366)</b>	<b>(33.938)</b>	<b>(77.304)</b>

2017	Contas a pagar			Resultado	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Total
<b>Coligadas</b>					
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	(12.952)	-	(12.952)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A	-	-	(15.920)	-	(15.920)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	181.158	3.059.900	-	-	-
	<b>181.158</b>	<b>3.059.900</b>	<b>(28.872)</b>	<b>-</b>	<b>(28.872)</b>
<b>Controladora</b>					
China Three Gorges Brasil Ltda	2.291	-	-	(13.005)	(13.005)
	<b>2.291</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.005)</b>	<b>(13.005)</b>
<b>Total</b>	<b>183.449</b>	<b>3.059.900</b>	<b>(28.872)</b>	<b>(13.005)</b>	<b>(41.877)</b>

As operações de compra e venda de energia elétrica seguem cláusulas definidas em contratos, cujas premissas são as mesmas praticadas em mercado.

Foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel n.º 2.018, que segue as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficientes e econômica aos interesses das partes.

### 12.3. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão onde a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir a China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente.

A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% para 2016 e de 4,29% a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2018 em dólar foi de R\$ 3,8748, conforme Banco Central do Brasil

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme Despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF). O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. O prazo de vencimento será em 21 de setembro de 2020.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

#### 12.3.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.241.058</b>
Pagamento de principal	(187.369)
Pagamento de juros	(170.791)
Apropriação de juros	175.633
Variação cambial líquida	546.258
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.604.789</b>

## 13. ATIVO FINANCEIRO VINCULADO A CONCESSÃO

### Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos

Ativos de Geração - GAG e da RBO, os quais compõe a remuneração da Companhia, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

Os contratos de venda de energia serão todos comercializados no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física em 2016 e, a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

Do montante pago pelo direito de concessão, a Companhia realizou a projeção dos valores a receber relacionados ao RBO, e que possui previsão contratual de pagamentos fixos e garantidos pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, e classificou esse montante, que equivale a 65% da RBO, como ativo financeiro, este é atualizado pelo IPCA, conforme Resolução Normativa nº 686, de 23 de novembro de 2015. Para os demais 35% e em função do risco de demanda, a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01.

Esse ativo financeiro não possui um mercado ativo, todavia apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como “ativos financeiros”, inicialmente estimado a valor presente e subsequentemente é mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

Nos anos de 2016 e 2017, a Companhia estimou o valor do Ativo Financeiro relativo aos 65% da RBO utilizando a metodologia de Valor Futuro e Ajuste a Valor Presente que, naquele momento, constituía o melhor entendimento sobre a prática contábil.

Em 2018, considerando a maior experiência no estabelecimento de suas estimativas, a administração realizou uma análise detalhada da conta de Ativos Financeiros vinculados à concessão, considerando as obrigações e os benefícios futuros esperados associados àqueles ativos, além de comparação com outras empresas do mesmo segmento que possuem a mesma modalidade de contrato de concessão ou seja, por quotas.

Nessa análise, administração exerceu seu julgamento no aprimoramento dos métodos de aplicação da política contábil, que não foi alterada mas que resultou, de forma prudente, em informação que melhor representam a posição patrimonial e o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Considerou, assim, o valor justo dos Ativos Financeiros vinculados à concessão como sendo o valor efetivamente pago no momento do investimento realizado, bem como todos os seus efeitos sobre o fluxo financeiro no período.

Diante do entendimento que essa nova metodologia é uma apresentação mais adequada, e que produz informação com mais acuracidade e relevância para a tomada de decisões econômicas, a Administração registrou os efeitos apurados de forma prospectiva.

### **13.1. Composição do ativo financeiro vinculado a concessão**

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Principal	268.855	6.990.244	947.428	25.659.508
Juros e atualização monetária	1.212.331	1.419.757	-	-
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(69.808)	(15.112.803)
	<b>1.481.186</b>	<b>8.410.001</b>	<b>877.620</b>	<b>10.546.705</b>

### 13.2. Movimentação do ativo financeiro vinculado a concessão

	<b>Principal</b>	<b>Ajuste a valor presente</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	26.606.936	(15.182.611)	11.424.325
Atualização ativos financeiros	(260.277)	-	(260.277)
Liquidação de ativos financeiros	319.836	-	319.836
Reversão de provisão de ajuste a valor presente de ativos financeiros	(16.775.308)	16.775.308	-
Apropriação de ajuste a valor presente de ativos financeiros	-	(1.592.697)	(1.592.697)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>9.891.187</b>	<b>-</b>	<b>9.891.187</b>

## 14. IMOBILIZADO

### 14.1. Composição

	2018			2017	Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					
Máquinas e equipamentos	745	(65)	680	98	5,8%
Veículos	2.793	(669)	2.124	1.951	12,5%
Móveis e utensílios	724	(383)	341	511	23,5%
	<b>4.262</b>	<b>(1.117)</b>	<b>3.145</b>	<b>2.560</b>	

### 14.2. Movimentação do ativo imobilizado

	<b>Valor líquido em 2017</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Valor líquido em 2018</b>
<b>Em serviço</b>				
Máquinas e equipamentos	98	625	(43)	680
Veículos	1.951	521	(348)	2.124
Móveis e utensílios	511	-	(170)	341
	<b>2.560</b>	<b>1.146</b>	<b>(561)</b>	<b>3.145</b>
	<b>Valor líquido em 2016</b>	<b>Adições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Valor líquido em 2017</b>
<b>Em serviço</b>				
Máquinas e equipamentos	100	15	(17)	98
Veículos	1.809	443	(301)	1.951
Móveis e utensílios	16	511	(16)	511
	<b>1.925</b>	<b>969</b>	<b>(334)</b>	<b>2.560</b>

## 15. INTANGÍVEL

### 15.1. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (Aneel). Todavia, a Resolução Normativa nº 691/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 15.2. Composição

	2018			2017	Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
<b>Em serviço</b>					Reapresentado (nota 7)
Infraestrutura de concessão	6.554.747	(2.229.031)	4.325.716	4.480.220	2,4%
Provisão para grandes reparos	2.404.704	(140.054)	2.264.650	2.118.065	3,2%
Software	4.352	(1.961)	2.391	3.261	20,0%
	<b>8.963.803</b>	<b>(2.371.046)</b>	<b>6.592.757</b>	<b>6.601.546</b>	
<b>Em Curso</b>	<b>45.084</b>	-	<b>45.084</b>	<b>29.805</b>	
	<b>45.084</b>	-	<b>45.084</b>	<b>29.805</b>	
	<b>9.008.887</b>	<b>(2.371.046)</b>	<b>6.637.841</b>	<b>6.631.351</b>	

## 15.3. Movimentação do intangível

	Valor líquido em 2017	Adições	Capitalização de debêntures	Amortização	Valor líquido em 2018
	Reapresentado (nota 7)				
<b>Em serviço</b>					
Infraestrutura de concessão	4.480.220	5.707	-	(160.211)	4.325.716
Modernização (i)	2.118.065	206.318	16.615	(76.348)	2.264.650
Software	3.261	-	-	(870)	2.391
	<b>6.601.546</b>	<b>212.025</b>	<b>16.615</b>	<b>(237.429)</b>	<b>6.592.757</b>
<b>Em Curso</b>	<b>29.805</b>	<b>15.279</b>		-	<b>45.084</b>
	<b>29.805</b>	<b>15.279</b>	-	-	<b>45.084</b>
	<b>6.631.351</b>	<b>227.304</b>	<b>16.615</b>	<b>(237.429)</b>	<b>6.637.841</b>

	Valor líquido em 2016	Adições	Amortização	Valor líquido em 2017
	Reapresentado (nota 7)			Reapresentado (nota 7)
Infraestrutura de concessão	4.476.687	222.351	(218.818)	4.480.220
Modernização (i)	2.013.762	104.303	-	2.118.065
Software	3.782	347	(868)	3.261
	<b>6.494.231</b>	<b>327.001</b>	<b>(219.686)</b>	<b>6.601.546</b>
<b>Em Curso</b>	-	-	-	<b>29.805</b>
	-	-	-	<b>29.805</b>
	<b>6.494.231</b>	<b>327.001</b>	<b>(219.686)</b>	<b>6.631.351</b>

(i) A modernização é a contrapartida da provisão de grandes reparos, que foi constituída com o objetivo de manter o nível de disponibilidade definido no contrato de concessão. As adições referem-se a revisão nas premissas, diante da evolução do projeto.

## 16. FORNECEDORES

	2018	2017
Materiais e serviços contratados	24.792	6.617
Tarifa de Uso de Sistema de Transmissão - TUST	44.573	44.015
Suprimento de energia elétrica	12.774	27.196
	<b>82.139</b>	<b>77.828</b>

## 17. PROVISÃO PARA GRANDES REPAROS

O montante total de R\$ 2.254 milhões (R\$ 2.051 milhões em 31 de dezembro de 2017) – parcelas de curto e longo prazo – refere-se a provisões para gastos com reparos de grandes itens da estrutura, necessários para a operação das unidades geradoras dentro das condições previstas no Edital do Leilão. São gastos a serem incorridos em período superior a um ano e, assim, parcela do valor está classificada no longo prazo.

As provisões foram contabilizadas como obrigações no início da concessão, trazidas a valor presente, em contrapartida do ativo intangível. Subsequentemente são atualizadas considerando a taxa efetiva, o andamento do projeto e realização conforme são despendidos os gastos.

### 17.1. Composição

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Provisão para grandes reparos</b>	474.179	2.796.349	1.106.835	1.924.903
(-) Ajuste a valor presente	(132.194)	(884.685)	(235.231)	(745.636)
	<b>341.985</b>	<b>1.911.664</b>	<b>871.604</b>	<b>1.179.267</b>

### 17.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.031.738</b>	<b>(980.867)</b>	<b>2.050.871</b>
Realização da provisão para grandes reparos	(173.398)	-	(173.398)
Apropriação - Ajuste a valor presente da provisão	-	147.612	147.612
Adição da provisão	412.188	(183.624)	228.564
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>3.270.528</b>	<b>(1.016.879)</b>	<b>2.253.649</b>

Em 2018 as principais movimentações foram: atualização das taxas de inflação, realização da provisão e também adicionamos os juros totais sobre a debêntures (juros projetados até sua quitação)

## 18. ENCARGOS SETORIAIS

Conforme Contrato de Concessão firmado pela Companhia e pelo Poder Concedente (Aneel), a Companhia tem o dever de atender as obrigações regulatórias, relacionadas pela utilização do direito de exploração das usinas hidrelétricas.

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compensação financeira de recursos hídricos - CFURH	18.952	-	15.766	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	25.474	13.226	10.613	14.868
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	635	-	611	-
	<b>45.061</b>	<b>13.226</b>	<b>26.990</b>	<b>14.868</b>

### **Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)**

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

### **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

### **Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)**

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

## **19. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES**

### **19.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ**

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi ("Banco"), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais), classificado no momento inicial no longo prazo, com vencimento único previsto para junho de 2019 e com pagamentos de juros trimestrais a partir de setembro de 2016 de 13,365% a.a.

Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passará de 13,165% a.a. para CDI + 0,45%. Assim, o vencimento passa a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

## 19.2. Captação 1º emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2018 a Companhia captou R\$ 480.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 1ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. As liberações efetivas dos recursos oriundos das primeira e segunda séries ocorreram em 26 de junho de 2018 e não houve juros e variação monetária incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos.

A emissão foi realizada em duas séries, sendo que a primeira é composta de 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 5 (cinco) anos e a segunda é composta de 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em 07 (sete) anos, totalizando assim 480.000 (quatrocentos e oitenta mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações ocorridas na Reunião de Diretoria da Companhia realizada em 14 de junho de 2018.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados para pagamentos de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas ao Projeto de modernização das UHE's que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

Os juros remuneratórios da primeira emissão de debêntures da primeira série correspondem a variação do CDI acrescidos de juros remuneratório de 1,05% a.a.. As debêntures da segunda série serão atualizadas pela variação do IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 6,1546% a.a.. Para ambas as séries, os pagamentos de juros serão semestrais.

Juros, variação monetária e custos das debentures foram classificadas como intangível devido que a finalidade desta transação é exclusivamente suportar os custos da modernização das UHEs.

## 19.3. Composição

Banco	Dívida	Série	Remuneração	Vencimento	2018			
					Circulante			Total
					Juros	Custo de Transação	Total	
Tokyo - Mitsubishi	Empréstimo	-	13,16% a.a.	29/06/2023	2.962	-	2.962	2.700.000
Bradesco	Debêntures	1	CDI +1,05% a.a.	12/07/2023	621	(343)	278	238.827
Bradesco	Debêntures	2	IPCA + 6,1546% a.a.	16/06/2025	522	(1.130)	(608)	238.329
					4.105	(1.473)	2.632	3.177.156

Dívida	Remuneração	Vencimento	2017			
			Circulante			Não circulante
			Principal	Juros	Total	
Tokyo - Mitsubishi	13,36% a.a.	29/06/2023	-	3.007	3.007	2.700.000
			-	3.007	3.007	2.700.000

#### 19.4. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2020	2021	2022	2023	2025	Total
Tokyo - Mitsubishi	675.000	675.000	675.000	675.000	-	2.700.000
Debêntures - Série 1	(343)	(343)	119.657	119.856	-	238.827
Debêntures - Série 2	(1.131)	(1.131)	(1.131)	(1.131)	242.853	238.329
	<b>673.526</b>	<b>673.526</b>	<b>793.526</b>	<b>793.725</b>	<b>242.853</b>	<b>3.177.156</b>

#### 19.5. Movimentação do empréstimo

	Tokyo	Debêntures		Total
		Série 1	Série 2	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.703.007</b>	-	-	<b>2.703.007</b>
Captação de debêntures	-	240.000	240.000	480.000
Custos de transação	-	(1.717)	(7.916)	(9.633)
Capitalização de juros	-	9.044	7.571	16.615
Apropriação de juros	363.092	-	-	363.092
Juros pagos	(363.137)	(8.422)	(7.049)	(378.608)
Apropriação de custos	-	201	659	860
Apropriação de variação monetária	-	-	4.455	4.455
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.702.962</b>	<b>239.106</b>	<b>237.720</b>	<b>3.179.788</b>

##### 19.5.1. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

##### 19.5.2. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As cláusulas restritivas aplicadas são:

##### Empréstimo

- A companhia deverá manter o índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, inferior a 4,5 até o final de cada ano fiscal.

Acerca dos *covenants* do banco Tokyo Mitsubishi UFJ, o resultado obtido em 2018 ficou distorcido devido à mudança de estimativas para registro das receitas decorrentes do Ativo Financeiro da Outorga (Vide Nota Explicativa 13).

Em bases comparativas, isto é, excluindo-se os efeitos do ajuste de estimativa os índices dos *covenants* em 2017 e 2018 é de 2,5 em 2017 e 2,4 em 2018 (ambos dentro dos limites estabelecidos em contrato).

## Debêntures

- i. Para redução de capital permitida que deverá ser igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos).
- ii. O índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3,20
- iii. O índice financeiro do quociente da divisão do EBITDA pelo Resultado Financeiro deverá ser igual ou superior a 2,00

## 20. PROVISÕES PARA RISCOS

### 20.1. Contingências prováveis

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Trabalhista	7	-
	<b>7</b>	<b>-</b>

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas.

### 20.2. Contingências possíveis

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Tributário	441.474	420.000
Ambiental	12.404	-
Trabalhista	8.373	233
	<b>462.251</b>	<b>420.233</b>

#### Tributário

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para discutir a opção de Rio Paraná Energia S.A. pelo regime de lucro presumido nos anos de 2015 e 2016, em que a Rio Paraná por meio de empréstimos realizado em moeda estrangeira (Dólar) adquiriu receita significativa com a variação cambial positiva. Porém, por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento dos tributos incidentes. Em razão disso, foi realizada consulta perante a Receita Federal em 29 de abril de 2016. A resposta à Consulta foi publicada em 29 de dezembro de 2017, e o entendimento da Receita Federal foi de que todas as receitas auferidas devem ser consideradas para fins do limite legal do enquadramento do lucro presumido. Devido a este entendimento, foi ajuizado Mandado de Segurança com pedido de liminar mediante depósito judicial de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018, conforme divulgado na nota 28.2 de dezembro 2017. As chances de êxito nesta demanda são consideradas pelos advogados da Companhia como possível.

#### Ambiental

Em 31 de dezembro de 2018, as contingências ambientais que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível, estão avaliadas no montante de R\$ 12.404. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a (i) ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados; (ii) cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação (manutenção e gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre – CCFS); (iii) manutenção

da cota/nível mínimo de operação do reservatório. Abaixo, seguem principais processos ambientais:

- Tratam-se de 523 Ações Civis Públicas – (“ACP’s”) movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) de Jales/SP em face da CESP, e, inicialmente, todas tramitavam perante a Justiça Federal de Jales/SP. Assim, o MPF requereu a condenação da CESP para: i) recuperação da Área de Preservação Permanente – (“APP”); ii) a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes); iii) pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos.

Em 17 de fevereiro de 2016, foi verificada a existência de questão, com a pendência do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (“ADIs”) nº’s 4.901, 4.902 e 4.903, que tramitaram perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em que se discutia a constitucionalidade de dispositivos do Código Florestal (Lei Federal 12.651/2012), dentre eles aqueles que disciplinam as APP’s de reservatórios.

Concomitantemente, a CESP peticionou em todas as ações solicitando o ingresso da Rio Paraná como substituto processual em decorrência do Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente em 5 de janeiro de 2016, na qualidade de concessionária do serviço público de geração de energia elétrica das UHE’s Ilha Solteira e Jupiá, cujo deferimento, na grande maioria dos casos/ACP’s, encontrava-se suspenso enquanto se discutiam as ADIs nº’s 4.901, 4.902 e 4.903, no STF.

Em fevereiro de 2018 ocorreu o julgamento no STF das ADI’s nº’s 4.901, 4.902 e 4.903, tendo considerado como constitucional os dispositivos do Código Florestal, especialmente o artigo 62, que disciplina sobre as APP’s de reservatórios.

Dessa forma, no início do mês de maio de 2018, a Rio Paraná foi intimada pela 1ª Vara Federal de Andradina para substituir a CESP como réu em 22 ACP’s, que migraram da 1ª Vara Federal de Jales. Em 1º de outubro de 2018, a companhia foi intimada nas outras 501 ACP’s e que tramitam perante a 1ª Vara Federal de Jales, convocando o Rio Paraná para uma tentativa de acordo, para dar fim às 523 ACP’s. O Juiz da 1ª Vara Federal de Jales determinou que os MPF’s de Jales e de Andradina e a Rio Paraná tentassem, de forma administrativa, chegar a uma composição antes do andamento dos processos. A Rio Paraná está discutindo com o MPF a possibilidade de assinar um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa, haja vista que não conseguimos aferir os custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, bem como quanto aos custos relativos à desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

Ação Zoológico – CESP x Rio Paraná e CTGBR (Proc. nº 5001062-57.2018.4.03.6137): Trata-se de Ação de Obrigaçāo de Fazer promovida pela Companhia Energética de São Paulo (“CESP”) em face da Rio Paraná e da CTG BR, em 29/05/2018, em que requerer a condenação da CESP para:

- i) assumir a gestão e manutenção do CCFS/Zoológico;
- ii) pagamento de indenização decorrente dos custos havidos pela CESP desde o dia 1º/07/2016 até a data do ajuizamento da ação;
- iii) pagamento de indenização dos custos com manutenção e gestão do CCFS/Zoológico até a assunção pela Rio Paraná e CTG BR.

No dia 04/06/2018, foi proferida decisão concedendo “o pedido de tutela provisória para determinar que a Rio Paraná e CTG BR procedam às medidas efetivas necessárias para transferência de titularidade sobre a gestão, manutenção e funcionamento do Centro de Fauna Silvestre de Ilha Solteira”. A Rio Paraná e a CTG BR foram citadas e intimadas no dia 15/07/2018. Em 06/08/2018, a Rio Paraná e CTG BR interpuseram agravos de instrumento contra a decisão liminar, recursos aos quais o TJ/SP concedeu efeito suspensivo, antes de proferir decisão rejeitando-os (por perda de objeto decorrente da decisão liminar proferida na ACP ajuizada pelo MPF). Contra tal decisão, as empresas ofereceram embargos de declaração, ainda pendentes de apreciação. Paralelamente, as Réus apresentaram contestação, reclamando a revogação da liminar pelo juiz - que, no entanto, acabou (i) mantendo a sua decisão e (ii) declinando de sua competência para a Justiça Federal de Andradina. Os autos foram recebidos em Andradina. Em 29/01/2019, o Juiz da Vara Federal de Andradina/SP determinou a conexão desta ação com a ACP promovida pelo MPF de Andradina/SP.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 2.404.

- ACP Zoológico – MPF de Andradina X Rio Paraná (Proc. nº 5000577-57.2018.4.03.6137): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada em 12/06/2018. Em 1º/10/2018, foi proferida decisão liminar, determinando que: (1) a Rio Paraná “mantenha a gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre de Ilha Solteira”; e, (2) o IBAMA se abstenha “de substituir as condicionantes das Licenças de Operação” das UHE Jupiá e Ilha Solteira “relativas à manutenção e pleno funcionamento” do CCFS pela execução do Programa do Corredor Ecológico, “enquanto não demonstrado, por estudos científicos exaustivos, que do programa resulta benefícios para a fauna silvestre das áreas de influência das Usinas”.

A Rio Paraná foi citada e intimada da decisão liminar em 16/10/2018. Contra a referida decisão, a Rio Paraná e o IBAMA interpuseram agravos de instrumento ao TRF/3. Paralelamente, os Réus apresentaram as suas contestações e pedidos de revogação da liminar ao juiz.

Em 15/01/2019, a CESP, de forma “espontânea”, peticionou nos autos da ACP informando possuir legitimidade para tanto, mencionando a interposição de ação de obrigação de fazer, bem como indicando que o prazo para que a Rio Paraná assumisse a gestão e manutenção do CCFS/Zoológico findou. Em 29/01/2019, a liminar foi revogada pelo Juiz da Vara Federal de Andradina/SP.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 10.000.

- ACP Piscicultura – CIMDESPI x ONS, Rio Paraná (Proc. nº 00000894-24.2014.4.03.6124): Trata-se de Ação Civil Pública (“ACP”) ajuizada por CIMDESPI, APROPESC e AB-TILAPIA, em 18/08/2014, em face da ONS e CESP, requerendo, como

medida liminar, que a Companhia se abstinha de: i) reduzir o nível de água do reservatório; e, ii) gerar energia abaixo do mínimo da cota do reservatório, sob pena de multa diária. Os pedidos foram repetidos no mérito.

Em 2014, durante a concessão da CESP, a UHE Ilha Solteira foi impactada pela crise hidrológica causada pela falta de chuvas, bem como outras empresas de geração de energia em todo o país. Para a UHE Ilha Solteira, a cota mínima de operação/uso do reservatório corresponde a 323m, no entanto, em 2014, o nível do reservatório estava abaixo da cota mínima, ou seja, 321m. Esse processo envolve fatos ocorridos durante o ano de 2014, antes da concessão da UHE Ilha Solteira pela Rio Paraná, e a discussão está relacionada à possibilidade de flexibilização da cota mínima estabelecida para o reservatório de Ilha Solteira.

Em 22 de novembro de 2017, o MPF de Jales ingressou nos autos como autor e solicitou a inclusão do IBAMA e do Rio Paraná como réus, bem como a exclusão da CESP do processo.

A Rio Paraná foi citada/intimada em 6 de novembro de 2018, mas o prazo para Contestação ainda não se iniciou. A Defesa será apresentada ainda no mês de Janeiro/2019.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa.

## Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2018, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 8.373. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia de empregados terceirizados,

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2018 (em milhares de ações)		
	Ordinárias	%
<b>Acionista</b>		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	<b>7.014.326.211</b>	<b>100,00</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da Aneel.

## 21.2. Reservas de lucros

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Reserva de retenção de lucros	871.036	1.871.342
Reserva legal	210.055	210.055
	<b>1.081.091</b>	<b>2.081.397</b>

### 21.2.1. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

### 21.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

#### a) Composição de dividendos a pagar e JSCP

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		<i>Reapresentado (nota 7)</i>
Dividendos	56.918	170.753
Juros sobre o capital próprio - JSCP	723.874	511.700
	<b>780.792</b>	<b>682.453</b>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- (i) A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- (ii) Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente;

A proposta dos dividendos consignada das demonstrações financeiras da Companhia, está sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral.

## 22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita operacional bruta		
Contratos - ACR	2.485.877	2.340.066
Contratos - ACL	814.561	786.719
Comercialização de energia	4.558	-
Mercado de curto prazo - MCP	54.110	16.546
Mecanismo de realocação de energia - MRE	9.848	23.566
	<b>3.368.954</b>	<b>3.166.897</b>
Receita de ativos financeiros (i)		
Atualização ativos financeiros	(260.277)	1.300.523
Amortização ativos financeiros	316.622	(870.869)
Apropriação - Ajuste a valor presente de ativos financeiros	(1.592.697)	778.441
	<b>(1.536.352)</b>	<b>1.208.095</b>
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(310.895)	(292.978)
ICMS	(9.830)	(6.656)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(29.015)	(27.315)
Compensação financeira de recursos hídricos	(73.254)	(69.764)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(5.230)	(6.147)
Encargos de uso da rede elétrica - TUST e TUSD	(273.929)	(250.476)
	<b>(702.153)</b>	<b>(653.336)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.130.449</b>	<b>3.721.655</b>

(i) Em 2018, considerando a maior experiência no estabelecimento de suas estimativas, a administração realizou uma análise detalhada da conta de Ativos Financeiros vinculados à concessão, considerando as obrigações e dos benefícios futuros esperados associados àqueles ativos e passivos além de comparação com outras empresas do mesmo segmento que possuem a mesma modalidade de contrato de concessão (vide nota explicativa 13).

## 23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

### 23.1. Energia elétrica vendida

<b>Energia elétrica vendida</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		<i>Reapresentado (nota 7)</i>
Contratos bilaterais - ACR	2.485.877	2.340.066
Contratos bilaterais - ACL	814.561	786.719
Comercialização de energia	4.558	-
Mercado de curto prazo - MCP	54.110	16.546
Mecanismo de realocação de energia - MRE	9.848	23.566
	<b>3.368.954</b>	<b>3.166.897</b>

A tabela a seguir resume os volumes em MWm de energia assegurada, contratada, expectativa de realização de contratos, pela Companhia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL em 31 de dezembro de 2018:

	<b>Mwméd*</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Energia disponível para venda</b>	<b>2.541</b>	<b>2.545</b>
<b>Cota</b>	<b>1.777</b>	<b>1.782</b>
<b>ACL</b>	<b>556</b>	<b>601</b>
Contratos bilaterais de venda de energia	720	733
Contratos bilaterais de compra de energia	164	132
<b>Energia livre para contratação</b>	<b>208</b>	<b>162</b>
<b>Percentual de energia contratada</b>	<b>91,8%</b>	<b>93,6%</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

### 23.2. Energia comprada para revenda

<b>Energia elétrica comprada</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Contratos bilaterais	(349.824)	(396.307)
Mercado de curto prazo - MCP	(5.738)	(38.404)
Mecanismo de realocação de energia - MRE	(3.609)	(8.850)
(-) Crédito de PIS	6.080	6.928
(-) Crédito de COFINS	28.005	31.910
	<b>(325.086)</b>	<b>(404.723)</b>

A energia comprada para revenda decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre e, consequentemente, do efeito do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação da exposição através de compras na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

### 23.3. Encargos de uso da rede elétrica

<b>Encargos de uso da rede elétrica</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Tust	(127.227)	(116.446)
Tusd	(1.884)	(1.741)
Encargos de conexão	(146)	(38)
(-) Crédito de PIS	2.115	1.940
(-) Crédito de COFINS	9.744	8.937
	<b>(117.398)</b>	<b>(107.348)</b>

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
<b>Receitas</b>		<i>Reapresentado (nota 7)</i>
Variação cambial ativa (i)	634.535	352.225
Aplicações financeiras	55.803	54.144
Depósito judicial	25.656	-
Ajuste a valor presente da provisão de grandes reparos	-	89.718
Outras	12.193	4.296
	<b>728.187</b>	<b>500.383</b>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre empréstimos	(363.092)	(365.867)
Juros sobre partes relacionadas	(175.633)	(139.462)
Tarifas bancárias	(18)	(17)
Comissões	(14.250)	(896)
Variação cambial passiva (i)	(1.180.793)	(400.340)
Imposto sobre empréstimos e partes relacionadas	(8.123)	(21.940)
Amortização - Ajuste a valor presente da provisão de grandes reparos	(147.612)	(76.890)
Provisão, líquida, para riscos trabalhistas	(7)	-
Outras	(6.572)	(4.851)
	<b>(1.896.100)</b>	<b>(1.010.263)</b>
	<b>(1.167.913)</b>	<b>(509.880)</b>

(ii) A alta do dólar em 2018, R\$ 3,87 (R\$ 3,30 em dezembro de 2017).

## 25. DEMONSTRAÇÕES DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Para 2017, em função dos enquadramentos legais, a Companhia passou a operar pelo lucro real.

	<b>2018</b>		
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>(920.416)</b>	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação</b>	<b>230.104</b>	<b>82.837</b>	<b>312.941</b>
 Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva			
Resultado equivalencia patrimonial	46	16	62
Juros Sobre Capital Próprio	144.500	52.020	196.520
Despesas indedutíveis	(256)	(90)	(346)
Ajuste a valor presente	(36.244)	(13.048)	(49.292)
Doações Incentivadas	(1.077)	(388)	(1.465)
Incentivos Fiscais	4.731	-	4.731
Outros (i)	24	-	24
<b>IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>341.828</b>	<b>121.347</b>	<b>463.175</b>
IRPJ e CSLL correntes	121.824	45.568	167.392
IRPJ e CSLL diferidos	(463.652)	(166.915)	(630.567)
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>(341.828)</b>	<b>(121.347)</b>	<b>(463.175)</b>
Ajustes Correntes - Periodos Anteriores	(671)	(2)	(673)
Ajustes Diferidos - Periodos Anteriores	(25.215)	(9.047)	(34.262)
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>(367.714)</b>	<b>(130.397)</b>	<b>(498.110)</b>
 Alíquota efetiva	<b>37,1%</b>	<b>13,2%</b>	<b>50,3%</b>

(i) Despesas indedutíveis e diferença do adicional do IRPJ.

	<b>2017</b>		
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>
<b>Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>2.293.073</b>	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação</b>	<b>(573.268)</b>	<b>(206.377)</b>	<b>(779.645)</b>
 Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva			
Juros sobre Capital Próprio	150.500	54.180	204.680
Grandes Reparos	38.256	13.773	52.029
Resultado equivalencia patrimonial	(13)	(5)	(18)
Despesas indedutíveis	(300)	(27)	(327)
Variação Cambial	(4.363)	(1.571)	(5.934)
Doações Indedutíveis	(2.514)	(905)	(3.419)
Incentivos Fiscais	4.150	-	4.150
Amortização	60.387	21.739	82.126
Outros (i)	24	-	24
<b>IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>(327.141)</b>	<b>(119.192)</b>	<b>(446.333)</b>
IRPJ e CSLL correntes	80.453	30.224	110.677
IRPJ e CSLL diferidos	246.687	88.969	335.656
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>327.141</b>	<b>119.192</b>	<b>446.333</b>
Ajustes Diferidos - Periodos Anteriores	662.227	238.240	900.467
<b>Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado</b>	<b>989.367</b>	<b>357.432</b>	<b>1.346.799</b>
 Alíquota efetiva	<b>14,3%</b>	<b>5,2%</b>	<b>19,5%</b>

(i) Diferença do adicional do IRPJ.

## 26. (PREJUÍZO)/LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico e diluído de prejuízo/lucro líquido por ação é feito através da divisão do prejuízo/lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos/lucros básico e diluído por ação:

	2018	2017		
	Reapresentado (nota 7)			
<b>Numerador</b>				
<b>(Prejuízo)/lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>				
Acionistas controladores	(281.551)	630.881		
Acionistas não controladores	(140.755)	315.393		
	<b>(422.306)</b>	<b>946.274</b>		
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>				
Acionistas controladores	4.676.217	4.676.217		
Acionistas não controladores	2.338.109	2.338.109		
	<b>7.014.326</b>	<b>7.014.326</b>		
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>				
Acionistas controladores	(0,0602)	0,1349		
Acionistas não controladores	(0,0602)	0,1349		

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2018		2017	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 1	1.124.329	1.124.329	630.150	630.150
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	263.237	263.237	198.570	198.570
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	Nível 1	9.891.187	9.891.187	11.424.325	11.424.325
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	32	32	-	-
Outros créditos/ Depósito judicial	Custo amortizado	Nível 2	651.913	651.913	53.122	53.122
			<b>11.930.698</b>	<b>11.930.698</b>	<b>12.306.167</b>	<b>12.306.167</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	82.139	82.139	77.828	77.828
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	3.611.914	3.611.914	3.243.349	3.243.349
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	58.287	58.287	41.858	41.858
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	2.702.962	2.702.962	2.703.007	2.703.007
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	476.826	543.912	-	-
Provisões para grandes reparos	Custo amortizado	Nível 3	2.253.649	2.253.649	2.050.871	2.050.871
Juros sobre o capital próprio - JSCP	Custo amortizado	Nível 2	723.874	723.874	511.700	511.700
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	56.918	56.918	170.753	170.753
Outras obrigações	Custo amortizado	Nível 2	-	-	39.697	39.697
			<b>9.966.569</b>	<b>10.033.655</b>	<b>8.839.063</b>	<b>8.839.063</b>

## 28. SEGUROS

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

	<b>Limite Máximo de Indenização em R\$</b>	
	<b>Vigência 04/08/2018 à 04/08/2019</b>	<b>Vigência 04/08/2017 à 04/08/2018</b>
Risco operacional	2.000.000	2.000.000
Responsabilidade civil	110.000	110.000
Lucro cessante	1.137.596	1.137.596

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

## 29. COMPROMISSOS

### 29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos bilaterais para venda de energia no ambiente livre negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2045.

Para o projeto de grandes reparos a Companhia já contratou o montante total de R\$ 724 milhões para a primeira fase da reforma.

## **MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Conselho de Administração**

**Yinsheng Li**  
**Presidente**

**Yujun Liu**  
**Conselheiro**

**Evandro Leite Vasconcelos**  
**Conselheiro**

**Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho**  
**Conselheiro**

**Guozhuo Sun**  
**Conselheiro**

**Hong Quin**  
**Conselheiro**

### **Diretoria**

**Aljan de Abreu Machado**  
**Diretor**

**Anderson Vitor Pereira Tonelli**  
**Diretor**

**Cesar Teodoro**  
**Diretor**

**Narciso Meschiatti Filho**  
**Contador - 1SP-101290/O-0**